



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Escola de Serviço Social

Alyne Corrêa Alves

**SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E AS PARTICULARIDADES DA CONSTRUÇÃO DE
SUA IMAGEM PROFISSIONAL**

RIO DE JANEIRO

2016

Alyne Corrêa Alves

SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E AS PARTICULARIDADES DA CONSTRUÇÃO DE
SUA IMAGEM PROFISSIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Profa. Dra. Fátima Grave Ortiz

RIO DE JANEIRO

2016

SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E AS PARTICULARIDADES DA CONSTRUÇÃO DE
SUA IMAGEM PROFISSIONAL.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Fátima Grave Ortiz (Orientadora)
Universidade Federal do Rio de Janeiro-ESS/UFRJ

Profa. Dra. Ana Izabel Moura de Carvalho
Universidade Federal do Rio de Janeiro-ESS/UFRJ

Prof. Dr. Gustavo Javier Repetti
Universidade Federal do Rio de Janeiro-ESS/UFRJ

RIO DE JANEIRO

2016

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter me concedido a oportunidade de realizar um dos meus sonhos. Sem Ele eu não chegaria até aqui. Obrigada Pai.

Aos meus pais Levy e Elisete por terem me apoiado em todas as minhas escolhas e investido arduamente na minha formação acadêmica. Nenhum dinheiro no mundo poderá pagar o que vocês fizeram/fazem por mim. Aos meus irmãos Dany e Lucas que acompanharam, torceram e me consolaram em cada momento que precisei. Minha vida não teria graça sem essa linda família. E ao meu cunhado que me socorreu com suas leituras e correções ao trabalho. Agradeço também aos meus tios pela linda corrente de oração que cercaram minha vida.

Ao meu noivo Michel que com toda sua paciência e cumplicidade esteve comigo nos melhores e piores momentos dessa jornada. Chorou e sorriu comigo inúmeras vezes, assim como me acalmou quando precisava. Eu te amo e amo também sua linda família que também esteve presente nesse processo, obrigada sogra e cunhada.

A minha supervisora Márcia que foi indispensável a minha formação, pois cada supervisão acadêmica era um aprendizado somatório. A minha orientadora Fátima Ortiz que investiu na minha capacitação e me auxiliou em todas as etapas para eu chegar até aqui. Aos professores que de maneira solícita me presentearam com a presença na banca professora Ana Izabel e Gustavo Repetti, e aos professores da ESS que foram essenciais a minha formação.

Obrigada

Alyne C Alves

RESUMO

O presente trabalho busca apresentar as particularidades da emergência da imagem social da profissão. Parte-se da perspectiva histórico-crítica para compreender tal processo e respeita os processos sócio-históricos ocorridos na sociedade. A era monopólica impõe novas configurações à sociedade, dentre elas, o papel do Estado a partir da intervenção estratégica nas seqüelas da “questão social” por meio de políticas sociais. É a partir desse contexto que é possível compreender a emergência do Serviço Social. Pois o mesmo surge para atuar frente à dominação político-ideológica. No Brasil, há algumas peculiaridades do capitalismo monopolista, observa-se um modelo de desenvolvimento desigual e combinado. Todas essas características refletem na emergência da profissão no país, como por exemplo, a construção de uma determinada imagem social imbricada a uma autoimagem profissional nos primórdios da profissão. Este trabalho tem por objetivo explicitar as particularidades da emergência da imagem social da profissão, e apresentará os elementos que contribuíram para a nova imagem profissional construída nos últimos anos.

Palavras-Chaves: imagem social, histórico-crítica, era monopólica, intervenção estratégica, “questão social”, dominação político-ideológica, autoimagem profissional.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I: CAPITALISMO MONOPOLISTA, ESTADO E QUESTÃO SOCIAL: FUNDAMENTOS PARA O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL E SUA NATUREZA.....	10
1.1 A EMERGÊNCIA DA PROFISSÃO A PARTIR DE DUAS PERSPECTIVAS: A ENDÓGENA E A HISTÓRICO-CRÍTICA	10
1.2 A ERA MONOPÓLICA DO CAPITAL	13
CAPÍTULO II : A PROFISSÃO NO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO DE SUA IMAGEM SOCIAL	34
2.1. O PROCESSO DE EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL E SUA ATUAÇÃO FRENTE À DOMINAÇÃO POLÍTICO-IDEOLOGICA	34
2.2. SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E AS PARTICULARIDADES DA CONSTRUÇÃO DE SUA IMAGEM PROFISSIONAL	43
2.3 O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO E OS DESDOBRAMENTOS PARA UMA NOVA IMAGEM SOCIAL DA PROFISSÃO	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77

INTRODUÇÃO

No Serviço Social a imagem social e autoimagem profissional nos primórdios da profissão, imbricavam-se. Diversos fatores contribuíram para isso, desde o modo de produção capitalista ao perfil dos pioneiros da profissão. Para compreender tal processo, é necessário contextualizar a emergência da profissão e os atores que a perpassam. Netto (2011) salienta que a não incorporação desses atores históricos, acaba por relacioná-la a uma visão endógena da sua constituição.

A visão endógena entende a profissão como uma evolução das formas anteriores vinculadas à caridade e filantropia. O que difere da perspectiva histórico-crítica, onde a compreensão do serviço social é partir dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento do sistema capitalista. Ou seja, a emergência da profissão insere-se dentro de um contexto histórico específico, o estágio monopolista do capitalismo, quando o Estado toma para si as repostas à “questão social”.

As reflexões acerca da construção da imagem social da profissão, assim como a autoimagem profissional, foram me chamando atenção no decorrer dos anos acadêmicos, primeiro como aluna e o interesse pelo tema, e em um segundo momento, a partir da inserção no campo de estágio na área da saúde, mais exatamente na atenção primária, onde este contribuiu com importantes análises críticas. Conseqüentemente originou interessantes discussões e o interesse no tema para desenvolver o trabalho de conclusão de curso.

Nesse sentido, este trabalho parte de um pressuposto: a emergência da profissão deve ser compreendida a partir dos determinantes históricos, políticos e sociais. Basicamente, respeita a compreensão que a profissão emerge em um determinado momento específico do capital: a ordem monopólica.

Na era monopólica do capitalismo, ocorre a forma de enfrentamento das expressões da “questão social” através de políticas sociais. Um fenômeno é presenciado nesse atual estágio, a passagem da política social da esfera social para a moral, acabando por ser naturalizada, e enfrentada como inerente a sociedade. A política social passa a ser respondida como “problemas sociais”, que devem ser de ordem do Estado. É a partir dessa compreensão que no campo das políticas sociais se configura a atuação do Assistente Social.

O seu espaço privilegiado na divisão sociotécnica do trabalho acaba por colocá-la como parte de uma estratégia do bloco de poder dominante, atuando frente à dominação político-ideológica. Observando a trajetória da profissão é possível afirmar a tendência predominante no que se refere à sua inserção na sociedade nos seus primórdios, em contribuir para um reforço de mecanismos econômico, político e ideológico, em subordinar as classes trabalhadoras às diretrizes das classes dominantes.

Tal característica reflete na atuação do profissional, o profissional acaba por atuar no cotidiano da vida dos indivíduos, reforçando normas e comportamentos legitimados socialmente. O emprego de técnicas e tecnologias sociais é utilizado como meios de influenciar a conduta humana, adequando-as aos padrões legitimados de vida social, manipulando racionalmente os problemas sociais, além de prevenir e canalizar a eclosão de tensões para os canais institucionalizados estabelecidos oficialmente.

A imagem e autoimagem profissional relacionam-se com essas questões acima citadas. Não pode ser caracterizada como hegemônica a relação entre a imagem social e autoimagem profissional no decorrer da profissão, porém, a manutenção dessa imagem social é possível devido à forte herança conservadora presente no Brasil, que em muitas das vezes reproduz o ideário missionário e vocacional percebido nas protoformas da profissão. O profissional tem sido requisitado e conseqüentemente gerando a ampliação do quadro da categoria, não pela sua especialização, mas sim pela sua formação generalista que o capacita a ouvir encaminhar

e acalmar tensões dentro da instituição. Assim como aconselhar, orientar e apaziguar as tensões presentes na ordem burguesa e que são inelimináveis do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, esse trabalho de conclusão de curso encontra-se dividido em duas partes, onde na primeira contextualiza a emergência da profissão, inserindo-a a partir de uma perspectiva histórico-crítica, na era dos monopólios e todos os desdobramentos.

Na segunda parte, em um primeiro momento é descrito as particularidades do processo de emergência da profissão. Ou seja:

A criação de um espaço sócio-ocupacional no qual o agente técnico se movimenta – mais exatamente, o estabelecimento das condições histórico-sociais que demandam este agente, configuradas na emersão do mercado de trabalho. (NETTO, 2011, p.70).

E ao final será desenvolvido o processo de emergência do serviço social no Brasil e seus desdobramentos para a construção da imagem profissional e autoimagem de seus agentes. São três pontos que influenciam na construção da imagem profissional: o projeto reformista-conservador no Brasil e as características assumidas; o processo de emergência da profissão e sua relação com o projeto em questão; e os desdobramentos deste para a construção de uma determinada imagem social.

Esse trabalho tem por procedimentos metodológicos um estudo teórico por meio de bibliografia como, por exemplo: livros, um documentário e artigos de estudiosos da área, ou seja, pesquisa bibliográfica. Representou a sistematização de ideias que apresentavam como “soltas” durante os anos acadêmicos. Desse modo, contribuiu para compreender a ordem cronológica dos processos, além das respostas as questões que surgiram, e novas indagações e possíveis futuros trabalhos, como o significado das chamadas “demandas espontâneas” a profissão.

1.1 A EMERGÊNCIA DA PROFISSÃO A PARTIR DE DUAS PERSPECTIVAS: A ENDÓGENA E A HISTÓRICO-CRÍTICA.

Ao analisar a natureza da profissão, é importante observar as diferentes conceituações que a envolvem, e buscam responder a sua origem. Montañó (2009) destaca duas perspectivas. Para o autor, são duas teses que pretendem responder a emergência da profissão, através da compreensão da função, legitimação e como cada perspectiva aborda o tema. Estas se apresentam de formas distintas: perspectiva endógena e a histórico-crítica.

A perspectiva endógena parte da compreensão da profissão como “*evolução, organização e profissionalização das formas ‘anteriores’ de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculada agora à intervenção na “questão social”*”.¹ (MONTAÑO, 2009, p.20). Os estudos que partem dessa tese, segundo o autor, consideram as protoformas da profissão ligadas a uma “mera vontade de criar a profissão”, tecnificando práticas anteriores outrora consideradas como voluntárias. Consideram a relação dos primeiros profissionais vinculados a uma evolução das práticas filantrópicas, pois os mesmos provinham destas instituições e de caridade. Os que a defendem, compartilham a tese de uma evolução das formas/protoformas de ajuda anteriores. Alguns autores que defendem a tese² conforme Montañó (2009): Herman Kruse, Ezequiel Ander-Egg, Natálio Kisnerman, Boris Alexis Lima, Ana Augusta de Almeida, Balbina Ottoni Vieira, José Lucena Dantas, entre outros.

A perspectiva endógena tem plena repercussão na atualidade, apresenta-se em grande escala nas instituições de ensino e entre os profissionais pelo Brasil. Além disso, se distingui entre os autores que a defendem, mas congregam um ponto em comum: “*o Serviço Social é a*

¹ A “questão social” será desenvolvida posteriormente, importante salientar que o uso do termo “relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos.” (NETTO, 2001, p.43)

² Montañó (2009) desenvolve um resumo sobre a linha teórica desenvolvida por cada autor, salientando suas reflexões, pontos em comum e suas divergências.

profissionalização, organização e sistematização da caridade e da filantropia.”
(MONTAÑO, 2009, p.26)

Há duas significativas distinções nos autores que a defendem: há autores que pensam a profissão ligada a qualquer forma anterior de ajuda, logo em suas análises remontam a idade média ou a origem da história para analisar a profissão. Outros pensam a profissão ligada às formas de caridade vinculadas a “questão social”, logo, ao pós Revolução Industrial. A perspectiva endógena agrupa um conjunto de autores das mais variadas concepções, inclusive, provenientes de uma concepção tradicional que coparticipam junto a outros membros do movimento de Reconceitualização³, além de conceitos político-ideológicos e teórico-metodológicos de variados extratos socioeconômicos.

A funcionalidade e natureza da profissão a partir dessa perspectiva concebem a profissão como uma forma de ajuda mais organizada, evoluída e tecnicizada. Não há diferenciação entre a natureza, a funcionalidade da profissão e as formas de ajuda anteriores ligadas à filantropia.

Montaño (2009) afirma que as diferentes análises que compõem esta perspectiva, não giram em torno da história da sociedade, tratam a gênese da profissão a partir de si mesma, logo revelam uma visão particularista e/ou focalista. O surgimento da profissão passa a ser compreendido a partir de uma opção dos agentes em se organizarem e se profissionalizarem. A história e a sociedade são apenas postas como “plano de fundo” para o desenvolvimento da profissão. As relações capitalistas são naturalizadas, com isso, constrói-se “a história do Serviço Social” sem recuperar a sua processualidade histórica. Consequentemente, acabando por desconsiderar o papel que o Serviço Social representa na ordem social.

³ Netto (2011b) destaca que o movimento de reconceitualização é parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social ‘tradicional’. Para o autor, partilha de causalidades e características que não pode ser pensadas sem a referência global. “A ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora.” (FALEIROS, 1987 apud NETTO, 2011, p.146)

Quer dizer, vê-se o assistente social e as funções que desempenha em relação aos “usuários”, aos destinatários da sua intervenção; não se consegue visualizar, nesta perspectiva, o papel do Serviço Social em relação à instituição empregadora deste profissional e vinculado a uma ordem socioeconômica e política. (MONTAÑO, 2009, p 29)

No que se refere à perspectiva histórico-crítica, o surgimento da profissão torna-se compreendido observando o contexto histórico. A profissão passa a ser desvendada dentro dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento do sistema capitalista. Partindo dessa perspectiva, a mesma insere-se dentro de um contexto histórico específico, o estágio monopolista do capitalismo, quando o Estado toma para si as repostas à “questão social”.

Diferente da distinção presente nos autores que defendem a tese anterior, a perspectiva histórico-crítica agrupa autores que partem do mesmo posicionamento, pois analisam o surgimento da profissão, contemplando o envolvimento dos processos econômicos, sociais e políticos. Autores, segundo Montañó (2009), como *Marilda Villela Yamamoto, Raul de Carvalho, Manoel Manrique Castro, Vicente de Paula Faleiros, Maria Lúcia Martinelli, José Paulo Netto*, entre outros, compõem o quadro de teóricos que defendem essa perspectiva.

A natureza e a funcionalidade da profissão diferem-se nessa perspectiva em relação à endógena. A partir do momento que o Estado toma para si as respostas à “questão social” através das políticas sociais, a funcionalidade da profissão, é compreendida como legitimadora da ordem social e aumento do capital. Não há relação, portanto, com as formas anteriores de ajuda:

Aqui a função do Serviço Social é de legitimação da ordem e aumento da acumulação capitalista, tendo, portanto, natureza e funcionalidade *político-econômicas* e não *altruístas* (como nas formas de ajuda) – o que faz com que, nessa perspectiva, a relação Ajuda/Serviço Social seja entendida como uma relação de *ruptura*, fundante na compreensão de diferentes tipos de atores sociais, que, coincidindo em alguma medida nos tipos de práticas desenvolvidas em torno da “questão social”, são, na sua natureza e funcionalidade, essencialmente distintos. (MONTAÑO, 2009 p.44)

Montañó (2009) ressalta a necessidade de apreender a particularidade da profissão como um produto histórico, a partir de uma perspectiva de totalidade, ou seja, uma visão histórico-crítica da profissão. Entende o assistente social como um trabalhador assalariado,

que ocupa um espaço específico na divisão sociotécnica do trabalho, como em um primeiro momento, executor terminal das políticas sociais.

Através das teses explicitadas, há diferentes formas de compreender a emergência da profissão. Pode-se partir de uma visão a-histórica ou totalizante. As análises desenvolvidas posteriormente, se pautarão na perspectiva histórico-crítica, revelando os fatores que proporcionaram a emergência da profissão.

1.2 A ERA MONOPÓLICA DO CAPITAL

O sistema capitalista, no final do século XIX, apresentava profundas modificações, a principal pode ser caracterizada como novas mudanças ocorridas na dinâmica social, econômica e política. Essas mudanças ocorreram no período da passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista. *“O capitalismo, portanto nunca foi tão capitalista e suas contradições nunca foram tão explícitas”* (BEHRING, 2002, p.187). No estágio concorrencial, predominava a “livre concorrência”, na era dos monopólios *“a ‘livre concorrência’ é convertida em uma luta de vida ou morte entre os grupos monopolistas e entre eles e os outros, nos setores ainda não monopolizados.”* (NETTO, 2011, p.23)

Lenine (2008) aponta que a *“transformação da concorrência em monopólio constitui um dos fenômenos mais importantes – para não dizer o mais importante – da economia do capitalismo dos últimos tempos.”* (LENINE, 2008, p.18) Ainda segundo o autor, as diferenças quanto às formas de organização monopólicas, distintas em diversos países, trouxeram apenas mudanças em relação a sua maneira de se apresentar, pois são *“uma lei geral e fundamental da presente fase de desenvolvimento do capitalismo.”* (LENINE, 2008, p.21).

O seu início, segundo Lenine (2008), pode ser relacionado com a depressão internacional da indústria na década de 1870. A utilização dos cartéis⁴ tornou-se nesse primeiro momento, as bases da vida econômica, no final do século XIX.

Assim, o resumo da história dos monopólios é o seguinte: 1. Décadas de 1860 e 1870, o grau superior culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis; 2. Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro; 3. Ascenso do final do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo. (LENINE, 2008, p.23)

O capitalismo só se caracteriza em imperialismo na transformação do próprio em um grau econômico e social mais elevado, os monopólios. Ao definir imperialismo, Lenine (2008) aborda cinco traços imprescindíveis para a compreensão:

A concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira; 3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LENINE, 2008, p 88)

Netto (2011) em suas análises ressalta que a *“organização monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados”* (NETTO, 2011, p. 20). Assim como Lenine (2008), o autor observa que as diferentes formas, em relação a como se apresentam os monopólios, não alteram sua finalidade central.

Essa organização – na qual o sistema bancário e creditício tem o seu papel econômico-financeiro substantivamente redimensionado – comporta níveis e formas diferenciados que vão desde o “acordo de cavalheiros” à fusão de empresas, passando pelo pool, o cartel e o truste. Na prossecução da sua finalidade central, a organização monopólica introduz na dinâmica da economia capitalista um leque de fenômenos [...] (NETTO, 2011, p. 20)

⁴ Lenine (2008) traz uma ressalva sobre os significados dos cartéis: “Os cartéis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, os prazos de pagamento etc. Repartem os mercados de venda. Fixam a quantidade de produtos a fabricar. Estabelecem os preços. Distribuem os lucros entre as diferentes empresas etc.” (LENINE, 2008, P.23)

Algumas das conseqüências podem ser sinalizadas como a dificuldade crescente de valorização do capital; um aumento dos preços das mercadorias e serviços produzidos pelos monopólios; o aumento da taxa de lucro e da taxa de acumulação, como também a tendência ao subconsumo e à introdução de novas tecnologias, acarretando a economia de trabalho “vivo”. Além de todas essas transformações, acrescenta-se o aumento do exército industrial de reserva⁵.

A era monopólica opera acima de povos e Estados, a contradição: *socialização da produção e a apropriação privada* (da riqueza) (NETTO, 2011, p. 24) são conduzidas ao seu ápice, acarretando tensões próprias da dinâmica monopolista. A saída encontrada pelo capitalismo, para todas essas tensões presenciadas, pode ser compreendida como a refuncionalização do Estado. “*Assim para efetivar-se com chance de êxito, ela demanda mecanismos de intervenção extra-econômicos. Daí a refuncionalização e o redimensionamento da instância por excelência do poder extra-econômico, o Estado.*” (NETTO, 2011, p.24)

A origem do Estado está relacionada ao modo de produção capitalista⁶, o mesmo sempre interveio no processo econômico, o que se alterou no decorrer dos períodos, foi à forma como o próprio se apresentava. No período concorrencial, por exemplo, a sua atuação pode ser descrita de acordo com NETTO (2011) como o “*guardião das condições externas da produção capitalista*” (NETTO, 2011, p.24). No período predominava-se uma atuação criminalizada, emergencial e pontual. Na era dos monopólios o Estado passa a assumir diferentes papéis.

⁵ “No seu desenvolvimento, acompanhando pela concentração e pela centralização, a principal conseqüência para os trabalhadores é a constituição do que Engels, inspirado pelos cartistas ingleses, designou como exército industrial de reserva – ou seja, um grande contingente de trabalhadores desempregados, que não encontra compradores para a sua força de trabalho.” (NETTO; BRAZ, 2011, p.142)

⁶ Embora a origem do Estado coincida com a origem da propriedade privada, a ideia de um Estado é mais antiga que o capital. “O Estado é mais antigo que o capital, e suas funções não podem ser derivadas diretamente das necessidades da produção e da circulação de mercadorias. Em sociedades pré-capitalistas, as formas específicas do Estado desempenham funções bem diferentes daquelas que garantem o tipo de segurança legal necessário ao desenvolvimento da produção de mercadorias.”(MANDEL, 1985, p 335)

Até então, o Estado, na certa caracterização marxiana o representante do capitalismo coletivo, atuava como o cioso *guardião das condições externas da produção capitalista*. Ultrapassava a fronteira de garantidor da propriedade privada dos meios de produção burgueses somente em situações precisas – donde um intervencionismo emergencial, episódico, pontual. Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômicas *desde dentro*, e de forma contínua e sistemática. Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções *políticas* do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções *econômicas*. (NETTO, 2011, p. 25)

Na era monopólica, o Estado redimensionou-se, passou a intervir contínua e sistematicamente na organização e dinâmica econômica. Há um aumento do seu aparato, junto há necessidades de investimentos em armamentos e uma inclinação ao militarismo. Questões que podem ser relacionadas a interesses de cada potência metropolitana contra rivais e aumento da acumulação de capital.

O Estado, segundo Mandel (1985), “*é um produto da divisão social e técnica do trabalho*” (MANDEL, 1985.p.333). Sua criação pode ser vista através de uma tentativa de sustentar uma estrutura de classe e suas relações de produção. Sua principal função caracterizada como “*proteção e a reprodução da estrutura social*” (MANDEL, 1985, p.333). O autor destaca algumas determinadas funções próprias a serem congregadas pelo Estado.

Segundo Mandel (1985), as funções podem ser apreendidas como: a criação de condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas, acabando por impor à sociedade a vontade das classes dominantes. E a repressão a qualquer ameaça as classes dominantes. Ainda segundo o autor, a atuação de forma repressiva, ocorre por meio da coerção, pelo exército, sistema penal e polícia (MENDEL, 1985, p.334). Ocorre também uma função denominada pelo autor como integradora, que pode ser apreendida no campo ideológico.

Nos diferentes modos de produção ou formações sócio-econômicas concretas, a função integradora é exercida principalmente pelas diferentes ideologias: magia e ritual, filosofia e moral, lei e política, embora em certa medida cada uma dessas diferentes práticas superestruturais desempenhe esse papel em toda sociedade de classes. A reprodução e a evolução dessas funções integradoras efetivam-se pela instrução, pela educação, pela cultura e pelos meios de comunicação – mas

sobretudo pelas categorias de pensamento peculiares à estrutura de classe de uma sociedade. (MANDEL, 1985, p. 334)

Como Mandel (1985), Netto (2011) destaca um conjunto de funções, divididas por ele como diretas e indiretas assumidas pelo Estado. As primeiras funções denominadas diretas são atuações em setores não rentáveis, como o controle de empresas em dificuldades e a entrega de complexos construídos pelo Estado aos monopólios. As indiretas caracterizam-se como responsável pela preparação institucional da força de trabalho para o mercado, e investimentos em meios de transporte e infraestrutura, além do investimento em pesquisas e iniciativas a fim de propiciar ganhos ao capital. Como o autor aponta, a atuação do Estado pode ser entendida como o “*comitê executivo da burguesia*” em um “*terreno estratégico*” (NETTO, 2011, p 26) onde se monta toda uma estrutura que possibilita a sua intervenção na economia.

Vale dizer: o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o “*comitê executivo*” da burguesia monopolista – opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista. (NETTO, 2011, p.26)

Além das condições acima citadas, inclui como função do Estado, a de administrador das crises. A organização monopólica torna-se permeável a crises periódicas. Estas acabam por ameaçar o sistema capitalista. O Estado na era monopólica torna-se o responsável pela “*administração dessas crises*”. Incluindo um arsenal de políticas governamentais, economicamente falando, e um ataque à classe do proletariado.

Torna-se sua obrigação, a garantia e conservação física da força de trabalho; “*a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem [...]*” (NETTO, 2011, p. 26). Há também a necessidade de assegurar a reprodução e manutenção dessa força de trabalho, e a permanência do consumo, assim como, mecanismos gerais que garantam a mobilização e alocação mediante as

necessidades dos monopólios. Com isso, ocorre uma articulação política e econômica do Estado.

[...] para exercer, no plano estrito do jogo econômico, o papel de “comitê executivo” da burguesia monopolista, ele deve legitimar-se politicamente incorporando outros protagonistas sócio-políticos. O alargamento da sua base de sustentação e legitimação sócio-políticos, mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permite-lhe organizar um consenso que assegura o seu desempenho. (NETTO, 2011, p. 27)

Assinalar a articulação política e econômica do Estado requer entender que a sua *possibilidade*⁷, se baseia no período presenciado tanto pela burguesia, quanto pela classe trabalhadora. O Estado burguês necessita apresentar-se politicamente frente à classe trabalhadora, e ao responder as suas demandas, exerce seus interesses visando sua legitimação frente às classes subalternas. Dentro do Estado presenciam-se tensões, pois este se coloca também como permeável a demandas das classes dominadas.

O que se quer destacar, nessa linha argumentativa, é que o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatos. E que este processo é todo ele tensionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dimanar em toda escala societária. (NETTO, 2011 p 29)

Dentro dessa característica acima mencionada, exemplifica-se a ampliação geral da legislação social, proporcionada pelo Estado no período monopolista, que pode ser capturada como uma concessão ofertada devido à crescente luta de classes que ocorreram nesse período. A sua outra face evidencia a necessidade do modo de produção capitalista, assegurar a reconstituição física da força de trabalho que fora ameaçada pela superexploração.

A existência de um Estado mais favorável a interesses das classes subalternas é classificada por Mandel (1985) como ilusões relativas à presença de um “Estado social”. Para

⁷ O que deve ser posto de manifesto é o fato de esta forma de articulação entre funções econômicas e funções políticas do Estado burguês no capitalismo monopolista ser *uma possibilidade* entre outras, mas assentada nas virtualidades objetivas deste estágio de desenvolvimento do capitalismo. (NETTO, 2011, p.28)

o autor, baseia-se na falsa crença de uma redistribuição crescente da renda nacional, tirando do capital para passar ao trabalho.

As ilusões quanto à possibilidade de “socialização através da redistribuição” não passam, tipicamente, de estágios preliminares do desenvolvimento de um reformismo cujo fim lógico é um programa completo para a estabilização efetiva da economia capitalista e de seus níveis de lucro. Esse programa incluirá habitualmente restrições periódicas ao consumo da classe operária, a fim de aumentar a taxa de lucro e assim “estimular investimentos.” (MANDEL, 1985. p 339)

O Estado desenvolveu um aparato de manipulação ideológica para obter a aceitação da classe trabalhadora à sociedade burguesa. Todas suas ações visaram evitar que crises sociais ameacem o sistema. Sua função central pode ser sinalizada como a de propiciar garantias econômicas ao processo de valorização e acumulação do capitalismo monopolista.

Como observado, os monopólios dispõem de um poder financeiro e econômico de tal grandiosidade, que podem intervir diretamente nas decisões políticas em nível de Estado e Governo. Porém há necessidade de um “poder extra-econômico”, para que possam legitimar-se frente à sociedade. Necessita então de uma intervenção estratégica, logo, a presença Estado como um poder acima das classes, que precisa apresentar-se como um Estado neutro. Porém, a história aponta que ele é um Estado burguês, e atua frente para as novas configurações oriundas da nova configuração societária. E para atuar frente às demandas postas pela classe trabalhadora, o Estado passa a intervir continuamente e estrategicamente sobre as sequelas da “questão social”.

De acordo com Iamamoto (2001), a “questão social” pode ser entendida como um conjunto de expressões causado pela desigualdade social próprios da sociedade capitalista, estas, não podem ser pensadas sem a intermediação do Estado. É indissociável das condições assumidas pelo trabalho na sociedade capitalista, e encontra-se em uma arena de disputas entre diferentes projetos societários com interesses distintos, relacionado à condução das políticas econômicas e sociais.

Historicamente, a emergência da “questão social” esta relacionada com a terceira década do século XIX e a partir desse momento tornou-se difundida por teóricos de diferentes posicionamentos políticos. Nos anos que observamos a chamada Revolução Industrial, a Inglaterra passou por uma onda industrializante e a classe trabalhadora enfrentou um fenômeno novo, a pauperização absoluta⁸. A pobreza não era desconhecida à população, porém a forma como se apresentava, trazia um fenômeno novo até então: *“a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas.”* (NETTO, 2001, p.42).

Marx (*apud* NETTO, 2001), em suas análises, situa a historicidade da “questão social” e a distingue da pobreza existente anterior ao regime capitalista. Nas sociedades anteriores a ordem burguesa, a pobreza apresentada, era oriunda do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Posterior à onda industrializante, há o crescimento das forças produtivas, ao mesmo tempo o pauperismo absoluto é presenciado pelas classes subalternas.

Numa palavra, a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX - o pauperismo - aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão. (NETTO, 2001, p.43)

A lei geral da acumulação capitalista⁹ ganha notoriedade. Parcela da população trabalhadora cresce mais rápido do que as necessidades de seu emprego pelo capital, o que leva a *“uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a*

⁸ “A pauperização pode ser absoluta ou relativa. A pauperização absoluta registra-se quando as condições de vida e trabalho dos proletários experimentam uma degradação geral: queda do salário real, aviltamento dos padrões de alimentação e moradia, intensificação do ritmo de trabalho, aumento do desemprego. A pauperização relativa é distinta: pode ocorrer mesmo quando as condições de vida dos trabalhadores melhoram, com padrões de vida e melhoria mais elevados; ela se caracteriza pela redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas.” (NETTO; BRAZ 2011 p. 145)

⁹ “Quanto maior a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral da acumulação capitalista.” (MARX, 1985 *apud* IAMAMOTO, 2001, p. 15)

raiz da produção/reprodução da ‘questão social’ na sociedade capitalista.” (IAMAMOTO, 2001 p.15-16).

Com a revolução de 1848, Netto (2001) ressalta que houve um “divisor de águas”. A “questão social” que até então era vista como inerente a organização econômica da sociedade por teóricos de diferentes posicionamentos, passa a ser própria do pensamento conservador. A “questão social” que antes podia ser compreendida dentro de razões econômico-políticas, passa a ser fragmentada. É compreendida pelos teóricos e conservadores, como inerente a sociedade moderna, ineliminável, seu enfrentamento se daria através de uma intervenção política limitada, na tentativa de amenizá-la e conseqüentemente reduzi-la. A “questão social” passa a ser naturalizada, desvinculando-a da economia. Ocorre um combate a suas manifestações, sem alterar os fundamentos da sociedade burguesa e sem a pretensão de eliminá-la.

Posta em primeiro lugar, com o caráter de urgência, a manutenção e a defesa da ordem burguesa, a “questão social” perde paulatinamente sua estrutura histórica determinada e é crescentemente naturalizada, tanto no âmbito do pensamento conservador laico quanto no do confessional (que, aliás, tardou até mesmo a reconhecê-la como pertinente). (NETTO, 2001. P.43, parênteses do autor)

No estágio monopolista, por todas as mudanças enfrentadas pelo capital, a “questão social” se internaliza. Com isso, houve uma necessidade do Estado atuar estratégica e continuamente sobre as refrações da “questão social”. De acordo com Netto (2011), três processos são importantes para compreender o posicionamento do Estado frente à “questão social” na era monopólica: a ascensão da classe trabalhadora de “classe em si” para “classe para si”¹⁰; a burguesia e seu amadurecimento político, ao assumir definitivamente seu papel conservador; e o crescimento dos segmentos médios de classes sociais.

¹⁰ Uma classe é “em si” pelo simples fato de existir. Uma classe é “para si” quando toma consciência do que a distingue de outras classes, ou seja, quando adquire “consciência de classe”. De acordo com NETTO (2001) “– Uma das resultantes de 1848 foi a passagem, em nível histórico-universal, do proletariado da condição de classe em si a classe para si. As vanguardas trabalhadoras ascenderam, no seu processo de luta, à conscientização política de que a “questão social” está necessariamente colada à sociedade burguesa: somente a supressão desta conduz à supressão daquela.(NETTO, 2001. P 44-45)

De acordo com o primeiro processo, o proletariado assume um papel decisivo no cenário monopolístico, as suas conquistas aparecem como os primeiros esboços de uma política social pública. O projeto assumido pela classe proletária (euro-ocidental) é anticapitalista, o seu posicionamento de “classe para si” impõe a burguesia criar mecanismos que respondam a esse novo cenário. Logo as respostas, transcendem a mecanismos coercitivos.

A “questão social” é colocada no seu terreno específico, a do antagonismo entre o capital e o trabalho, nos confrontos entre seus representantes; é colocada, porém, como objeto de intervenção revolucionária por agentes que se auto-organizam preocupados com a consciência dos fins e a ciência dos meios. Temos, pois, um inteiro redimensionamento histórico-social da própria “questão social” na emergência do ordenamento monopolístico. (NETTO, 2011, p 59-60)

Essa intervenção do Estado na “questão social” precisa ser analisada compreendendo o papel das lutas dos trabalhadores. Há uma relação entre a emergência da classe operária, seu ingresso no cenário político e as lutas reivindicatórias de direitos referentes ao trabalho e a intervenção estatal.

Foram às lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos. (IAMAMOTO, 2001 p.17)

Netto (2001) contribui para o pensamento:

Lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com a sua situação: da primeira década até metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas, da violência luddista à constituição das trade unions, configurando uma ameaça real as instituições sociais existentes. Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social”. (NETTO, 2001, p.43)

O segundo processo para Netto (2011) pode ser observado a partir do momento em que a burguesia frente ao papel assumido pelo proletariado articulou seu projeto político-social e se colocou dentro das exigências da nova dinâmica econômica. Um projeto conservador, característico da classe burguesa, obedecendo à estratégia de combinar o conservadorismo e o reformismo. *“O reformismo para conservar é entronizado como estratégia de classe da burguesia – e nunca sem tensões intraclasse – no capitalismo dos*

monopólios” (NETTO, 2011, p.62). A burguesia dispõe de forças para articular suas respostas, seu posicionamento assumido como elite política, resultante da sua inserção no comando do sistema produtivo, e sua experiência e consciência política abrangentes, possibilitaram esta macroestratégia.

Com estes recursos – além, naturalmente, do seu enorme potencial de corrupção e cooptação, que radica no seu poderio econômico e na sua supremacia ideológica -, ela pode formular um projeto alternativo e concorrente ao do proletariado, cujo conteúdo conservador se explicita ao abordar a “questão social”, tal como se põe na emersão do monopólio, com um enfoque despolitizador. (NETTO, 2011 p.61)

O projeto burguês empenha-se para explicar a “questão social” deslocá-la para a esfera política. Opera a fim de descontextualizá-la. A estratégia político-social da burguesia e tratá-la como objeto de administração técnica ou campo de terapia ocupacional. A partir dessa característica, aparecem às perspectivas “público” e “privado” de enfrentamento da “questão social”¹¹.

O terceiro processo importante para compreender o posicionamento do Estado frente à “questão social”, foi o crescimento das chamadas classes médias. As classes médias podem ser associadas às camadas sociais que se encontram entre a burguesia e o proletariado. São profissionais liberais, intelectuais desvinculados de aparatos institucional-organizacionais, técnicos especializados, artesãos, pequeno-burgueses etc. Essa composição, segundo Netto (2011), congrega um curioso universo de ideologias, na qual vetores reformistas merecem uma atenção especial.

O reformismo burguês consiste em desejar as condições de vida da sociedade moderna, sem as suas consequências econômico-sociais: “*vale dizer: o capitalismo conservado em seus lados bons*” (NETTO, 2011, p.64). Na era monopólica, trata-se do novo reformismo, que recupera elementos do reformismo¹² e socialismo burgueses tradicionais,

¹¹ As perspectivas “público” e “privado” serão tratadas posteriormente no decorrer do capítulo.

¹² Netto (2011) descreve que na concepção reformista, a transição ao socialismo esta escrita na lógica do desenvolvimento histórico, logo há uma recusa à ruptura política com os ideais burgueses e a defesa de uma concepção evolucionista. A programática reformista, responde a uma linha de pensamento colidente ao ideário

ajustando-os à organização monopólica e passando a expressar-se sem o utopismo presente nas idéias tradicionais, com propostas de mudanças, cuja viabilidade é o aval da sua legitimidade.

De fato, neste momento histórico, *tais projetos não se esgotam em termos de uma dicotomia (projeto proletário/projeto burguês) nem implicam uma referencialidade direta às classes e estratos componentes da estrutura social.* Antes, eles desenham um mosaico variegado, um panorama espectral e matizado, onde compõem projeções complementares e colidentes – desde componentes de pura restauração anticapitalista, de reacionarismo aberto, a elementos de pleno evasão em direção a um futuro nebuloso. Mesmo se tiver em mira a burguesia e o proletariado, exclusivamente, *é impossível detectar projetos únicos em cada um de seus territórios.* (NETTO, 2011, p. 67, grifos do autor)

A intervenção do Estado na “questão social” é realizada a partir de políticas sociais, uma intervenção *“contínua, sistemática, estratégica sobre as seqüelas da ‘questão social’.*” (NETTO, 2011, p.30). Porém entendê-la como tal, é necessário partir de uma perspectiva marxista das políticas sociais.

As políticas sociais, de acordo com Pastorini (1997), podem ser compreendidas a partir de uma perspectiva tradicional e marxista. Na perspectiva tradicional, a autora caracteriza a política social como redistributiva, onde ocorre *“um conjunto de ações, por parte do aparelho estatal, que tendem a diminuir as desigualdades sociais.”* (PASTORINI, 1997, P. 81). Logo, a sua finalidade é redistribuir, reverter desigualdades. Uma análise que parte da ideia das mesmas como concessões por parte do Estado. Essa perspectiva que é explicitada nas análises que Pastorini (1997) realiza em seu artigo, parte de uma visão econômico-redistributivo que propõe a compreensão das funções desempenhadas pelas políticas sociais, obstruindo demais aspectos como político-econômico relacionado às suas funções.

A perspectiva marxista, também nomeada pela autora, coloca a necessidade de pensá-las como *“concessões-conquistadas”.* (PASTORINI, 1997. P.85). Entende-se que não podem ser

capitalista, mais exatamente ao socialismo democrático. Junto aos dois processos anteriores, compõem os projetos mais significativos presentes no cenário histórico-social que influenciam diretamente no tratamento da “questão social”, mais não são os únicos presentes no momento histórico.

pensadas apenas como concessões, pois as relações conflituosas entre os diferentes atores sociais que a compõem devem ser apreendidas, logo não podem ser relacionadas diretamente ao serviço prestado pelo Estado, desconhecendo os conflitos e as lutas prévias que propiciaram ao Estado conceder tais políticas sociais. Para a autora, há também a necessidade de apreendê-las além de seu caráter redistributivo, entendê-las a partir de suas funções econômicas e políticas, as quais se colocam como mecanismos de legitimação da ordem e barateamento da força de trabalho.

A partir de um enfoque antagônico, a perspectiva marxista entenderá as políticas sociais como mecanismos de articulação, tanto de processos políticos, que visam o consenso social, a aceitação e legitimação da ordem, a mobilização/desmobilização da população, a manutenção das relações sociais, a redução de conflitos etc. quanto econômicos, procurando a redução dos custos de manutenção e reprodução da força de trabalho, favorecendo a acumulação e valorização do capital etc. (PASTORINI, 1997, p.87)

Historicamente, a relação entre o Estado e a fase em que o capitalismo se encontra, influencia na forma como este primeiro atua frente às políticas sociais. Como por exemplo, as formas de intervenção do Estado na formação pré-capitalista, tinham um caráter punitivo e repressivo e a partir da revolução industrial, é possível perceber que as lutas dos trabalhadores pela diminuição da jornada de trabalho provocaram o surgimento de novas regulamentações sociais e do trabalho pelo Estado. Marx (*apud* BEHRING; BOSCHETTI, 2008) caracteriza o Estado como “comitê de classe da burguesia”, pois o Estado atuava sob a direção da classe burguesa.

O Estado, então, reprimia duramente os trabalhadores, de um lado, e iniciava a regulamentação das relações de produção, por meio da legislação fabril, de outro. A luta em torno da jornada de trabalho e as respostas das classes e do Estado são, portanto, as primeiras expressões contundentes da “questão social,” já repleta naquele momento de múltiplas determinações. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008 p.55)

No período do liberalismo, o papel do Estado pode ser classificado como um mal necessário, uma reduzida intervenção estatal a partir das políticas sociais. Porém, no período pós-segunda guerra mundial, as políticas sociais se generalizam. Behring e Boschetti (2008) em suas análises consideram que não há uma ruptura entre o Estado liberal e o Estado social

capitalista. Essas podem ser compreendidas dentro de uma relação de continuidade. Houve dentro desse novo contexto, fortes lutas de classes, e conseqüentemente, um investimento maior por parte do Estado através das políticas sociais.

Na segunda metade do século XIX e início do século XX, com a presença de alguns processos políticos e econômicos ocorrendo, e com o crescimento do movimento operário que “obriga” a burguesia a reconhecer direitos de cidadania¹³, política e social, junto à concentração e monopolização do capital, o ideal liberal regido pela não intervenção do Estado, perdeu seu espaço, e o crescimento do mercado liderado por grandes monopólios é expandido.

As políticas sociais se multiplicam lentamente ao longo do período depressivo, que se estende de 1914 a 1939, e se generalizam no início do período de expansão após a Segunda Guerra Mundial, o qual teve como substrato a própria guerra e o facismo, e segue até fins da década de 1960. Ou seja, na passagem do imperialismo clássico (Lenin, 1987) para o capitalismo tardio ou maduro (Mandel, 1982) (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.69).

No final da década de 60, a experiência keynesiana que ergueu-se após a crise de 1929, tendo o interesse de amortecer as crises cíclicas presenciadas pelo capital, a partir de um Estado mais propício ao “social”, esgota-se. A política keynesiana que atuara na tentativa de amortecer as crises tende a escassez de lucros.

O custo da estratégia keynesiana foi o “mar de dívidas” (públicas e privadas), a *crise fiscal* (O’Connor, 1977) e a *inflação permanente* (Aglietta, 1991), aprofundando-se as contradições fundantes do capitalismo. As despesas de manutenção da regulação do mercado colocam também em crise a política social. (BEHRING, 2002, p.169 grifos do autor.)

Com as transformações no mundo da produção e da reprodução social desde a década de 70, finalizando o período keynesiano, presencia-se uma revolução tecnológica, marcado

¹³ Para Iamamoto e Carvalho (2012), a noção de cidadania que se expande no século XX, tem relação com a expansão dos direitos sociais. Direitos estes que tem por justificativa a cidadania, porém seu fundamento é a desigualdade social. Ocorre que os direitos dos trabalhadores reconhecidos, são manipulados de tal maneira que se encaixam em uma visão paternalista por parte do Estado. “Assim é que tais serviços nada mais são, na sua realidade substancial, do que uma forma transfigurada de parcela do valor criado pelos trabalhadores e apropriado pelos capitalistas e pelo Estado, que é devolvido a toda a sociedade (e em especial aos trabalhadores, que deles mais fazem uso) sob a forma transmutada de serviços sociais.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012 p. 99).

pela globalização e pelo ajuste neoliberal. Uma das consequências para a política social, dentre outras, é a sua focalização. O Estado mínimo para os trabalhadores e o máximo para o capital, como salienta Netto (2011).

Netto (2011) traz uma importante contribuição para entender as políticas sociais. Para o autor, *“só é possível pensar-se em política social pública na sociedade burguesa com a emergência do capitalismo monopolista”*. (NETTO, 2011, p. 30) Através das políticas sociais, o Estado atua na tentativa de administrador das expressões da “questão social”, a serviço do capital monopolista. As políticas sociais são indispensáveis para o capital e atuam de forma direta e indireta.

[...] o peso das políticas sociais é evidente, no sentido de assegurar as condições adequadas ao desenvolvimento monopolista. E no nível estritamente político, elas operam como um vigoroso suporte a ordem sócio-política: oferecem um mínimo de respaldo efetivo à imagem do Estado “social”, como mediador de interesses conflitantes. (NETTO, 2011, p.31)

O autor afirma que a imagem do Estado social está relacionada ao fato de algumas das demandas postas pelas mobilizações e pressões dos trabalhadores, sejam reconhecidas pelo Estado, logo os trabalhadores acabam por se sentir representados por este. Essa representação do Estado se dá de forma fragmentada e particularizada, ou seja, com características que a colocam frente às seqüelas da “questão social” através de políticas sociais.

Enquanto a intervenção do Estado burguês, no capitalismo monopolista, a política social deve constituir-se necessariamente em políticas sociais as seqüelas da “questão social” são recortadas como problemáticas particulares (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física etc.) e assim enfrentadas. (NETTO, 2011, p.32)

Importante ressaltar, que embora as demandas postas pelos trabalhadores acarretem a intervenção estatal, estas não podem ser apreendidas apenas dentro da tensão entre trabalhadores/burguesia, para Netto (2011): *“É possível verificar, de uma parte, alianças político-sociais as mais insólitas para a formulação de uma determinada política social [...]”* (NETTO, 2011, p 33)

Um fenômeno é observado no capitalismo monopolista¹⁴, a passagem da política social da esfera social para a moral, acabando por ser naturalizada, e enfrentada como inerente a sociedade. A política social passa a ser respondida como “problemas sociais”, que devem ser de ordem do Estado.

[...] tudo se passa como se estas fossem inevitáveis ou como se originassem de um “desvio” da lógica social. Assim, a “questão social” é atacada nas suas *refrações*, nas suas seqüelas apreendidas como problemáticas cuja natureza totalizante, se assumida conseqüentemente, impediria a intervenção. Donde a “categorização” dos *problemas sociais* e dos seus vulnerabilizados, não só com a decorrente priorização das ações (com aparência quase sempre fundada como opção técnica), mas sobretudo com a atomização das demandas e a competição entre as categorias demandantes. (NETTO, 2011. P.32)

Ou seja, permanece a tendência a atribuir ao sujeito as suas responsabilidades por suas conquistas ou fracassos. O Estado burguês no capitalismo monopolista, segundo o autor corta e recupera o ideário liberalista, “*corta-o, intervindo através de políticas sociais; recupera-o, debilitando a continuidade das suas seqüelas aos indivíduos por elas afetados.*” (NETTO, 2011, p.36).

A ordem monopólica impõe uma nova dinâmica, a redefinição do público e privado. O imperialismo, além de converter as refrações da “questão social” em problemas sociais, incorpora algumas de suas seqüelas pelo Estado, tornando-as com caráter público, no mesmo movimento, as caracteriza como manifestações de natureza privada, individuais.

Esse processo apresenta-se como preciso e importante para o enfrentamento da “questão social” na era monopólica, pois atua no campo da legitimação da ordem burguesa. A individualização eleva os problemas sociais a pessoais (privados). Netto (2011) destaca que este processo para o capital, torna-se preciso. [...] *ao contrário, esta ótica aparece como persistente elemento coadjuvante e/ou, em situações histórico-sociais precisas, até mesmo*

¹⁴ Pereira (2011) em seu livro, não classifica esse fenômeno como novo. A autora traz uma análise das políticas sociais e constrói a historicidade dessas, e é possível perceber que a política social compreendida através da esfera moral pode ser observada nas chamadas leis dos pobres que foram um conjunto de regulações sociais assumidas pelo Estado a partir do século XIV, onde se constatou que a caridade cristã não dava conta de conter desordens provocadas por essas “*vagabundagens*”.

componente de extremo relevo do enfrentamento público das seqüelas da “questão social” (NETTO, 2011, p.36)

O Estado no capitalismo monopolista assume os problemas sociais na esfera “pública”, porém como Netto (2011) salienta, “[...] em qualquer alternativa tal Estado se encontra em condições de subsidiá-la e de acoplar a ela a perspectiva “privada” [...]” (NETTO, 2011, p.38) Em nenhuma conjuntura, o Estado usa apenas uma das perspectivas. Não há como afirmar a predominância de uma em relação à outra, porém em determinadas conjunturas, manifestações públicas ganham maior relevância e *vice-versa*.

Há uma captura, pela dinâmica monopólica, dos espaços privados, uma invasão do capital que perpassa a esfera da produção. Trata-se de uma expansão que não encontra limites, acabando por invadir e metamorfosear o espaço privado. “[...] a organização monopólica da vida social tende a preencher todos os interstícios da vida pública e da vida privada; a subordinação ao movimento do capital deixa de ter como limites imediatos os territórios da produção” (NETTO, 2011, p.38).

Resulta, pois, que a expansão das modalidades de investimento do monopólio, que converge em “serviço” praticamente tudo, combina-se à perfeição com os projetos de preservação de “individualidades” que, elas mesmas são produzidas e reproduzidas conforme as necessidades daquela expansão. Assim, enlaçam-se organicamente as induções massivas que a lógica monopólica requer e as enfáticas saliências que ela confere ao “privado”, ao “íntimo”, ao “pessoal”. (NETTO, 2011, p.39)

Há uma tendência a psicologizar a vida social, além de transferir a responsabilidade de seu destino social ao sujeito. “*Psicologizar os problemas sociais, transferindo a sua atenuação ou proposta de resolução para a modificação e/ou redefinição de características pessoais do indivíduo [...]*” (NETTO, 2011, p.41). Ocorre um aumento nas ofertas de serviços, que incidem em sua personalidade, como por exemplo, uma indução comportamental.

Uma visão que parte de um pensamento conservador¹⁵ do processo entre as esferas públicas e o privada, e acabam partindo de um estilo positivista¹⁶. Um estilo que se apresenta ideal para o Estado burguês, o respaldo necessário para basear seus conceitos. A tradição conservadora e a sua tendência à naturalização da sociedade no estágio capitalista. Ao naturalizar a sociedade, o capitalismo monopolista é levado a buscar explicações além de uma perspectiva econômico-social, logo acaba por relacionar à esfera moral, que acarreta na psicologização das relações sociais.

A psicologização, ao mesmo tempo em que passa a entender como externa a “questão social” às instituições da sociedade burguesa, acaba por relacioná-la a um conjunto de dilemas mentais e morais. Enfrentado-as a partir de propostas terapêuticas como: “*uma reorganização espiritual*” (NETTO, 2011, p.46). Sua atuação caracteriza-se junto á uma tendência em *deseconomizar* a “questão social”, e torná-la alvo de intervenções esporádicas ao *desistorizá-la*.

O deslocamento que verificamos aqui não converte a psicologização em individualização. Ele consiste basicamente em dois movimentos: um, que *deseconomiza* (e, portanto, desistoriciza) a “questão social”; outro, que situa o alvo da ação tendente a intervir nela no âmbito de algumas expressões anímicas – e é supérfluo indicar o enlace orgânico entre estes dois movimentos. (NETTO, 2011 p.46)

Netto (2011) aborda as reflexões de Durkheim¹⁷ referentes à psicologização.

¹⁵ O pensamento conservador será desenvolvido posteriormente, a princípio, é importante destacar que Para Netto (2011) o pensamento conservador tem “*um estilo de pensar o social que tem por limite o marco da sociabilidade burguesa, o positivismo, que, antes de ser uma ‘escola’ sociológica, é a auto-expressão ideal do ser social burguês*” (NETTO, 2011. p.43)

¹⁶ Netto (2011) exemplifica o positivismo, através das análises de Marcuse: “Todos os conceitos científicos deviam ser subordinados aos fatos. Os primeiros deviam simplesmente manifestar a conexão real entre os últimos. Os fatos e suas conexões representavam uma ordem inexorável que compreendia os fenômenos sociais e naturais. As leis [reveladas por esse estilo de pensar] eram positivas também no sentido de afirmarem a ordem estabelecida como base para a negação da necessidade de construção de uma nova ordem. [Tais leis não excluem] a necessidade de reforma e de mudança [... que] são parte do mecanismo da ordem estabelecida, de modo que esta progride suavemente para um estado mais alto, sem ter de começar por ser destruída” (NETTO, 2011, p 43-44)

¹⁷ Segundo Quintaneiro (2003), As referências necessárias para situar o pensamento de Durkheim, datam a Revolução Francesa e a Revolução Industrial e um manancial de idéias que vinham se formando sobre esses acontecimentos. Durkheim segundo a autora relacionava a ciência social a uma expressão da consciência racional das sociedades modernas. Não excluía o diálogo com a História, a Economia e a Psicologia, embora apontasse os limites de cada uma dessas disciplinas na explicação dos fatos sociais. A fase positivista marca o

De fato, o nervo da reflexão durkheimiana pode corretamente ser localizado na questão do *controle social* - e é então que a sua modalidade de psicologização das relações sociais aparece inteira: a essência de um tal controle, efetivo e operante, encontra-se na *esfera moral*. (NETTO, 2011, p 47-48)

Para Quintaneiro (2003), Durkheim considera que as regras morais, possuem uma autoridade que implica a noção de dever, coloca-se como desejáveis, seu comprimento apresenta-se como um esforço que nos arrasta para fora de nós mesmos, e que por isso mesmo eleva-nos acima de nossa própria natureza, mesmo sob constrangimento. “*O fato moral apresenta, pois, a mesma dualidade do sagrado que é, num sentido, ‘o ser proibido, que não se ousa violar; mas é também o ser bom, amado, procurado’.*” (QUINTANEIRO, 2003, p.69)

Segundo Netto (2011), Durkheim parte de uma concepção teórica, onde soluciona a objetividade dos conflitos, a partir da construção de mecanismos de controle social. Propõe a intervenção sobre eles a partir de normas coesivas a fim de reduzirem comportamentos sociopáticos.

Sobre este componente teórico-cultural, mesmo não se colocando completamente adequado, que constituirá os aspectos metodológicos necessários ao capitalismo monopolista constituir seu caldo cultural:

[...] tenderá a cristalizar-se numa configuração definitiva quando o monopólio consolidar-se plenamente, entre as duas guerras mundiais, conformando a auto-representação burguesa do ‘período clássico’ do imperialismo em duas grandes linhas: a inteira *moralização* das teorias sociais abrangentes e a *individualização* das refrações da “questão social”. (NETTO, 2011, p.50)

Como acima mencionado, a visão respaldada na perspectiva conservadora, acabara de desenvolver o respaldo necessário à burguesia no estágio monopolista, acarretando na moralização da sociedade e individualização das refrações da “questão social”. Netto (2011)

início da sua produção, Durkheim considera que para tornar-se uma ciência autônoma, essa esfera do conhecimento precisava delimitar seu objeto próprio: os fatos sociais. “*Assim, pois, o fato social é algo dotado de vida própria, externo aos membros da sociedade e que exerce sobre seus corações e mentes uma autoridade que os leva a agir, a pensar e a sentir de determinadas maneiras. É por isto que o “reino social” está sujeito a leis específicas e necessita de um método próprio para ser conhecido, diferentemente do que acontece no “reino psicológico” que pode ser entendido através da introspecção. Da perspectiva do autor, a sociedade não é o resultado de um somatório dos indivíduos vivos que a compõem ou de uma mera justaposição de suas consciências. Ações e sentimentos particulares, ao serem associados, combinados e fundidos, fazem nascer algo novo e exterior àquelas consciências e às suas manifestações.*” (Quintaneiro, 2003, p.62)

descreve como tendências econômico-sociais características da consolidação da ordem monopólica, desenvolvendo um caldo teórico conservador e instrumentos operativos para programar. As reformas e as induções comportamentais atuam respectivamente no traço público e privado.

De um lado, o traço “público” da “questão social”, que conduz a regulação de mecanismos econômico-sociais e políticos; doutro, o traço “privado”, que conduz ao *disciplinamento psicossocial* dos indivíduos excluídos do circuito integrativo a que a regulação propõe. Entre o “público” e o “privado”, os problemas sociais recebem a intervenção estatal: de uma parte, a direção estratégica do processo econômico-social e político; de outra a rede institucional de 'serviços' que incide sobre as “personalidades” que se revelam colidentes, porque vítimas, com aquela. (NETTO, 2011, p 51)

Como sinalizado, e a partir dos preceitos teórico-culturais, que o sistema capitalista na ordem monopólica desenvolve seu discurso e mecanismos de reprodução. A partir da percepção pautada na perspectiva histórico-crítica do sistema monopolista, é possível compreender essa conversão dos problemas sociais em inadequação dos indivíduos a desempenhar seus determinados “papeis”.

[...] afinal, a complementaridade das perspectivas “público” e “privada” se vê caucionada quando a teoria abre o caminho para converter a persistência dos problemas sociais em “disfunções” centradas na maior ou menor adequação dos indivíduos em desempenhar os seus papéis. (NETTO, 2011, p.51)

Nas concepções que partem da perspectiva conservadora, a teoria atua junto a tendência a complementaridade do “público” e “privado”. O sistema capitalista captura as refrações da “questão social”, e as formas de tratamento dadas, transferindo-as aos indivíduos, como patologias sociais. Ocorre uma conversão de tais problemas sociais em patologias sociais.

Ao contemplar o movimento histórico, incorporando os diferentes processos que a perpassam, é possível compreender a emergência do Serviço Social. Netto (2011) salienta que a não incorporação desses processos históricos, acaba por relacioná-la a uma perspectiva endogenista da sua constituição, a qual já foi discutida anteriormente, parte-se da profissão

como “*evolução, organização e profissionalização das formas ‘anteriores’ de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculada agora à intervenção na “questão social”*” (MONTAÑO, 2009, p.20). Netto (2011) partindo da perspectiva histórico-crítica destaca que a constituição da profissão ocorre devido: *A criação de um espaço sócio-ocupacional no qual o agente técnico se movimenta – mais exatamente, o estabelecimento das condições histórico-sociais que demandam este agente, configuradas na emersão do mercado de trabalho. (NETTO, 2011, p.70).*

Historicamente, a partir do século XX, nos anos 30 mais exatamente, no Brasil emerge o Serviço Social como profissão. Situa-se na fase monopolista do capitalismo, assim como Netto (2011), Yamamoto (2011) relaciona a prática profissional com interesses relacionados ao estágio que se encontra a dinâmica capitalista.

Assim sendo, a prática profissional tem um caráter essencialmente político: surge das próprias relações de poder presentes na sociedade. Esse caráter não deriva de uma intenção do Assistente Social, não deriva exclusivamente da atuação individual do profissional ou de seu “compromisso”. Ele se configura na medida em que a sua atuação é polarizada por estratégias de classes voltadas para o conjunto da sociedade, que se corporificam através do Estado, de outros organismos da sociedade civil, e expressam nas políticas sociais públicas e privadas e nos organismos institucionais nos quais trabalhamos como Assistentes Sociais; trata-se de organismos de coerção e hegemonia que sofrem o reatamento dos combates e da força das classes subalternas na sua luta coletiva pelo esforço de sobrevivência e para fazer valer seus interesses e necessidades sociais. (IAMAMOTO, 2011, p.122)

As particularidades da emergência da profissão no Brasil serão discutidas posteriormente. Importante ressaltar que há uma relação entre o aparecimento do serviço social e todas as mazelas próprias da forma com o capitalismo monopolista se apresenta no país. Esta indicação é indispensável para contextualizar a emergência da profissão. Como Netto (2011) desenvolve:

Em nossa perspectiva, a apreensão da particularidade da gênese histórico-social da profissão nem de longe se esgota na referência à “questão social” tomada abstratamente; está hipotecada ao concreto tratamento desta num momento muito específico do progresso da sociedade burguesa constituída, aquele do trânsito à idade do monopólio, isto é, *as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entretecem com a “questão social”, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica.* (NETTO, 2011, p.18)

2.1 O PROCESSO DE EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL E SUA ATUAÇÃO FRENTE À DOMINAÇÃO POLÍTICO-IDEOLOGICA.

No capítulo anterior foi salientado que a emergência da profissão precisa ser compreendida englobando os diferentes determinantes que a perpassam. São os aspectos econômicos, sociais e políticos. Netto (2011) salienta que a não incorporação destes, acaba por relacioná-la a uma visão endogenista da sua constituição. A constituição da profissão, segundo o autor, ocorre devido:

A criação de um espaço sócio-ocupacional no qual o agente técnico se movimenta – mais exatamente, o estabelecimento das condições histórico-sociais que demandam este agente, configuradas na emersão do mercado de trabalho (NETTO, 2011, p. 70).

As condições propícias ao estabelecimento da profissão situam-se na fase monopolista a partir do século XX, nos anos 30 mais exatamente, no Brasil ocorre à emersão do mercado de trabalho para a profissão. Iamamoto (2011) relaciona a prática profissional com interesses de caráter político:

Assim sendo, a prática profissional tem um caráter essencialmente político: surge das próprias relações de poder presentes na sociedade. Esse caráter não deriva de uma intenção do Assistente Social, não deriva exclusivamente da atuação individual do profissional ou de seu “compromisso”. Ele se configura na medida em que a sua atuação é polarizada por estratégias de classes voltadas para o conjunto da sociedade, que se corporificam através do Estado, de outros organismos da sociedade civil, e expressam nas políticas sociais públicas e privadas e nos organismos institucionais nos quais trabalhamos como Assistentes Sociais; trata-se de organismos de coerção e hegemonia que sofrem o rebatimento dos combates e da força das classes subalternas na sua luta coletiva pelo esforço de sobrevivência e para fazer valer seus interesses e necessidades sociais. (IAMAMOTO, 2011, p. 122)

Uma importante ressalva a ser realizada, é a distinção entre os autores ao compreender a emergência da profissão. Como desenvolvido no primeiro capítulo, alguns autores partem de uma perspectiva endógena, onde o serviço social passa por um processo de tecnificação das práticas anteriores vinculadas a caridade. Ou seja, relacionam a profissão com a evolução das formas filantrópicas e assistenciais.

Netto (2011) ao discorrer sobre esse processo relacionado à prática profissional sinaliza que ocorreu uma *relação de continuidade* entre o serviço social e as formas

filantrópicas e assistenciais. O autor descreve que de fato, a criação de um agente profissional na sociedade não surge a partir de nada, assim como instituições e organizações na qual o profissional se vincula. Houve uma refuncionalização de referências e práticas preexistentes. Ao se conformar as práticas e referências do novo agente, não se realiza a extinção de suas atribuições de imediato, pode ocorrer à conservação das mesmas por um longo período. Essa característica presenciou-se no serviço social, e pode levar a ilusão de estar verificando o processo de desenvolvimento das protoformas do serviço social à profissão.

Para Netto (2011), existe a relação de continuidade, porém não é única, com ela coexiste a relação de ruptura:

Substantivamente, a ruptura se revela no fato de, pouco a pouco, os agentes começarem a desempenhar papéis executivos em projetos de intervenção cuja funcionalidade real e efetiva está posta por uma lógica e uma estratégia objetivas que independem da sua intencionalidade. O caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes – ainda que desenvolvendo uma auto-representação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e da sua vontade – se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle. (NETTO, 2011, p. 71-72)

A relação de ruptura de acordo com Netto (2011) tornou-se decisiva na constituição do serviço social. A profissão passa a ser inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, na medida em que ocorre um mercado de trabalho que conceitua como utilitário o seu serviço. Logo a relação de assalariamento pressupõe a constituição da profissão. Além disso, ocorreu quando os profissionais assumiram espaços alheios as suas atribuições originais. As agências que outrora praticavam suas atividades a partir de impulsões ético-morais exteriores a lógica do mercado, acabaram por “saltar” para fora dessas impulsões, e se subordinar a orientações diversas ligadas ao mercado. Segundo o autor esse processo de deslocamento não é simples, pois congregaram o referencial e as práticas ligadas as protoformas da profissão.

[...] o que o deslocamento altera visceralmente, concretizando a ruptura, é, objetivamente, a *condição do agente e o significado social da sua ação*; o agente passa a inscrever-se numa *relação de assalariamento* e a significação social do seu fazer passa a ter um sentido novo na malha da *reprodução* das relações sociais. Em síntese: é com esse giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no *mercado de trabalho*, com todas as conseqüências daí decorrentes

(principalmente com seu agente tornando-se *vendedor* da sua força de trabalho). (NETTO, 2011, p. 72)

Esse espaço na divisão sociotécnica do trabalho se constituiu em um determinado momento da história: na ordem monopólica. Segundo Netto (2011) “[...] enquanto profissão, o Serviço Social é indivorciável da ordem monopólica – ele cria e funda a profissionalização do Serviço Social.” (NETTO, 2011, p. 74).

A profissão atua frente à forma encontrada pelo Estado de enfrentar as expressões da “questão social”, via políticas sociais. Ocorreu a necessidade de agentes técnicos em dois planos: na formulação e na execução dos procedimentos técnicos-operativos. O assistente social ocupa um espaço específico, como em um primeiro momento, executor terminal das políticas sociais.

A constituição do mercado de trabalho para o assistente social pela via das políticas sociais [...] é que abre a via para compreender simultaneamente a continuidade e a ruptura, antes aludidas, que assinalam a profissionalização do Serviço Social. De uma parte, recuperam-se as formas já cristalizadas de manipulação dos vulnerabilizados pelas sequelas da “questão social”, assim como parcela do seu lastro ideal [...]. De outra, com a sua reposição no patamar das políticas sociais, introduz-se-lhes um sentido diferente: a sua funcionalidade estratégica passa a dimanar dos mecanismos específicos da ordem monopólica para a preservação e o controle da força de trabalho. (NETTO, 2011, p. 75)

Iamamoto (2011) destaca duas conclusões a respeito da emergência do Serviço Social. A primeira, a autora descreve que a profissão se afirma como um tipo de especialização do trabalho, uma estratégia mais ampla por parte do bloco dominante “*de uma aliança de classes e frações de classes articulada pelos interesses da propriedade da terra, do capital comercial, industrial e financeiro e das camadas médias a eles identificados*”. (Iamamoto, 2011, p. 121).

A profissão além de institucionalizada como parte de uma estratégia do bloco de poder dominante, apresentou-se a fim de “*criar um tipo de socialização do operário adequado às novas condições de vida*” (Iamamoto, 2011, p. 122). A finalidade era fortalecer as bases de legitimação para o exercício de poder e dominação político-ideológico.

A dominação político-ideológica é conceituada como parte de uma estratégia assumida pelo bloco de poder. A maneira com a qual se realiza é a partir do controle social, onde se encontra a institucionalização da profissão.

Entende-se que o controle social se refere ao modo que é exercido uma pressão social, e no contexto monopólico, tornou-se direcionado a forma como os agentes sociais se conformam a organização da sociedade e do poder de classes. O controle social não se caracteriza somente por controle governamental e institucional, é exercido também através das influências de determinados agentes profissionais, dentre eles o assistente social, que atua sobre o cotidiano da vida dos indivíduos, reforçando normas e comportamentos legitimados socialmente.

Na operacionalização de medidas instrumentais de controle social, o emprego de técnicas e tecnologias sociais é largamente utilizado, enquanto meios de influenciar a conduta humana, adequando-a aos padrões legitimados de vida social, manipulando racionalmente os problemas sociais, prevenindo e canalizando a eclosão de tensões para os canais institucionalizados estabelecidos oficialmente. Entre essas tecnologias encontra-se o Serviço Social. (IAMAMOTO, 2012, p. 119)

Iamamoto (2012) ressalta que tais medidas de controle social são importantes por atuarem no contorno político dos problemas sociais, ocasionando o “abafamento” das tensões e fortalecendo o papel do Estado ao criar instituições assistenciais e previdenciárias que legitimam os vínculos das classes subalternas com o órgão estatal.

A segunda conclusão realizada por Iamamoto (2011) se refere à emergência da profissão e sua expansão marcada pela contradição fundamental que organiza a sociedade do capital: *“o caráter cada vez mais social do trabalho e das suas forças produtivas contraposto à apropriação privada dos frutos desse mesmo trabalho.”* (IAMAMOTO, 2011, p. 122).

Iamamoto (2012) observa que:

A instituição Serviço Social, sendo ela própria polarizada por interesses de classes contrapostos, participa, também, do processo social, reproduzindo e reforçando as contradições básicas que conformam a sociedade do capital, ao mesmo tempo e pelas mesmas atividades em que é mobilizada para reforçar as condições de dominação, como dois pólos inseparáveis da mesma unidade. (IAMAMOTO 2012, p. 101)

Embora a profissão seja permeada por esse jogo de forças e foi constituída para responder a interesses do capital, não o reproduz monoliticamente, *“participa, também, ao lado de outras instituições sociais, das respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora, em face das suas condições de vida, dadas historicamente.”* (IAMAMOTO 2012, p. 102)

Observando a trajetória da profissão, é possível afirmar de acordo com Iamamoto (2012), a tendência predominante no que se refere à sua inserção na sociedade nos seus primórdios. Contribuiu para um reforço de mecanismos econômico, político e ideológico, em subordinar as classes trabalhadoras às diretrizes das classes dominantes.¹⁸

As conclusões acima mencionadas sobre a emergência da profissão rebatem na prática profissional, onde de acordo com Iamamoto (2012) o assistente social é chamado para atuar na “linha de frente” entre as relações da instituição e a população.

A atividade do profissional encontra-se inscrita no cotidiano do indivíduo, pois atua nos aspectos particulares da vida da classe trabalhadora, e essa posição o coloca frente a condições privilegiadas. Porém, é necessário compreender tal posição aliada a “bagagens científicas” que possibilitam a apreensão totalizadora da realidade desse cotidiano.

Ao reduzi-la a relações individualizadas utilizada no sentido de uma *“face humana e pessoal às relações contratuais, desfigurando-as, ao nível do discurso, de seu caráter de classe”* (IAMAMOTO, 2012, p. 125), acarreta na operacionalização do profissional preservando a harmonia das contradições presentes na realidade, conseqüentemente, desqualifica a dinâmica social e sua historicidade.

Conseqüentemente, o que deve ser mudado são os hábitos, atitudes e comportamentos dos indivíduos, tendo em vista seu ajustamento social, contribuindo, assim, para remover “obstáculos” ao “crescimento econômico”. Daí deriva uma visão estereotipada da classe trabalhadora, que inclui elementos como:

¹⁸ Iamamoto (2012) destaca que embora historicamente a prática profissional nos seus primórdios, tenha traçado essa direção, a literatura especializada não seguiu o mesmo caminho: “Verifica-se uma defasagem entre os efeitos sociais objetivos da prática profissional e as representações que legitimam esse fazer, expressas através de um discurso marcado por um tônus humanitário e modernizador, o que não exclui seu conteúdo de classe, embora tenda a encobri-lo.” (IAMAMOTO, 2012, p.104)

população negligente, carente de iniciativa, com baixo nível de consciência, ignorante, que necessita incorporar hábitos civilizados, que precisa ser orientada etc. (IAMAMOTO, 2012, p. 126)

No primeiro capítulo, foi sinalizado sobre a forma de enfrentamento do Estado por meio de políticas sociais nas chamadas refrações da “questão social”. Tais refrações tornaram-se área de atuação da profissão. No “recorte” de um segmento da vida social como legítimo a intervenção profissional acarretando em intervenções (preventivas/corretivas) da profissão sobre as refrações da “questão social”.

Netto (2011) sumariza que a multiplicidade das refrações da “questão social” no âmbito da profissão, expõe problemas que não se tornam iguais, ocasionando o escapamento de qualquer tentativa em modelá-los:

[...] mostram-se inevitavelmente unilaterais e unilaterizantes, na justa escala em que deixam de apreender o sistema de mediações concretas que forma a rede em que se constitui a unidade de intervenção, esta mesmo alvo de inúmeras situações problemáticas em que se corporificam as refrações da “questão social”, numa série cuja diferencialidade instaura um aparente caótico complexo de carências (materiais e/ou ideais) (NETTO, 2011, p. 95)

Segundo Netto (2011), a problemática que demanda a intervenção do assistente social, se apresenta como um conjunto sincrético, ou seja, apresentam-se de formas diferentes, acabando por escapar de modelos formal-abstratos de intervenção. O autor destaca que deixa “camuflado” a estrutura que é a categoria central ontológica da realidade social, a totalidade.

A atuação do profissional sobre o cotidiano apresenta-se como uma *“tecnologia de organização dos componentes heterogêneos da cotidianidade de grupos sociais determinados para ressitua-los no âmbito da mesma estrutura do cotidiano”* (NETTO, 2011, p. 96). Ou seja, o disciplinamento, a recondução a normas vigentes de comportamentos transgressores, além de processos de ressocialização, dentre outros, destinados a manipulação do cotidiano.

Netto (2011) sinaliza que tal posição não é especificidade do serviço social, outras profissões desenvolvem suas práticas na mesma direção, porém o que singulariza a profissão é sua posição determinante no cotidiano do indivíduo.

Nesta perspectiva, dentre todos os profissionais alocados à organização do cotidiano de determinados grupos sociais, o assistente social é aquele que se vê posicionado de modo tal que o aparente sincretismo da matéria sobre qual opera (a “problemática”) conjuga-se à perfeição com as condições da sua operação (a intervenção profissional como reordenadora de práticas e condutas cotidianas). (NETTO, 2011, p. 97)

A natureza sócio-histórica do serviço social o pontua como um exercício prático-profissional sincrético. Segundo o autor, o sincretismo expressa-se em todas as intervenções práticas profissionais, *“o sincretismo nos parece ser o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação.”* (NETTO, 2011, p. 92).¹⁹ O universo problemático que foi apresentado à profissão como demandas histórico-sociais, o horizonte profissional apresentado e a sua intervenção específica, são fundamentos objetivos da estrutura sincrética da profissão.

A prática sincrética expõe a polivalência da profissão. Tal prática polivalente se configura como uma a incógnita aos profissionais a respeito da especificidade da profissão. De acordo com Netto (2011), *“as peculiaridades operacionais da sua prática não revelam a profissionalização: tudo se passa como se a especificação da profissional não rebatesse na prática”* (NETTO, 2011, p. 104). Os profissionais se vêm requisitados a assumirem um papel social de conteúdo difuso, que para ser realizado apresenta-se de caráter polivalente.

A polivalência não se classificou como uma opção do profissional. Pautou-se em procedimentos realizados pelos profissionais, sobre pressão das instituições que envolveu além de atribuições desconhecidas, os primeiros encaminhamentos profissionais e o leque de recursos que os mesmos obtiveram para sua atuação. Soma-se a inserção em instituições pelos profissionais de cargos que eram pouco claros em relação as suas atribuições.

O que importa situar com destaque, entretanto, é que a polivalência aparente não representa apenas uma interdição prática do circuito profissional ideal, posto que consagre, basicamente, a indiferenciação operatória. Consolidando-se como fulcro da imagem social do profissional, ela acabou por se converter num sucedâneo de *estratégia* profissional. (NETTO, 2011, p. 106)

¹⁹ Iamamoto (2010) realiza um diálogo crítico com os autores que partiram da perspectiva histórico-crítica, para desenvolverem suas análises a respeito da natureza da profissão na divisão sócio-técnica do trabalho.

Netto (2011) destaca que a partir das questões acima mencionadas, a ideia presente entre os profissionais sobre a falta de “identidade” da profissão ganhou visibilidade. Diversos fatores contribuíram para esta classificação, dentre estes, a falta de especificidade da profissão e sua prática indiferenciada, tornando-a para diversos segmentos profissionais um significado diferente.

[...] a profissionalização permanece um circuito *ideal*, que não se traduz *operacionalmente*. As peculiaridades *operacionais* da sua prática não revelam a profissionalização: tudo se passa como se a especificação profissional não rebatesse na prática – o específico prático-profissional do Serviço Social mostrar-se-ia na fenomenalidade empírica como a inespecificidade operatória. (NETTO 2011 p 104)

A questão mencionada interfere diretamente na atuação profissional, estes se vêem requisitados a papéis difusos. Netto (2011) a partir de uma análise crítica caracteriza a polivalência como realizada e pensada a partir de uma estrutura multifacetada. Como uma conquista ao longo da trajetória da profissão, pois possibilitou a expansão de áreas de atuação.

Combinando senso comum, bom senso e conhecimentos extraídos de contextos teóricos; manipulando variáveis empíricas segundo prioridades estabelecidas por via de interferência teórica ou de vontade burocrático-administrativa; legitimando a intervenção com um discurso que mescla valorizações das mais diferentes espécies, objetivos políticos e conceitos teóricos; recorrendo a procedimentos técnicos e a operações ditadas por expedientes conjunturais; apelando a recursos institucionais e a reservas emergenciais e episódicas – realizada e pensada a partir desta estrutura heteróclita, a prática sincrética põe a aparente polivalência. Esta não resulta senão do sincretismo prático-profissional: nutre-se dele e o expressa em todas as suas manifestações. (NETTO, 2011 p.107)

A partir de todas as características apresentadas relacionadas à emergência da profissão sua inserção e expansão marcada pela contradição fundamental que organiza a sociedade capitalista, serão descritas algumas das atuações realizadas pelo serviço social nos seus primórdios, e sua posição classificada por privilegiada, como o profissional na “linha de frente” entre a instituição e a população.

A posição do profissional em atuar entre as relações da instituição e a população, acaba por dispô-lo de autonomia para selecionar aqueles que têm direito a participar de determinado programa oferecido pela instituição. Tal característica, o coloca como o agente

que seleciona a partir de determinados critérios pré-estabelecidos, com a finalidade de contemplar ao mais necessitado, visto que não há acesso a todos.

Essa proximidade com o usuário pode colocá-lo como o profissional capaz de captar a sua situação social centralizando e circulando as informações aos técnicos e instituições ao qual se vinculam. Tal posição inclui outra característica, “*a ação de persuadir, mobilizando o mínimo de coerção explícita para o máximo de adesão.*” (IAMAMOTO, 2012, p. 122). O profissional é requisitado para incidir sobre os valores, os seus comportamentos e atitudes da população, na tentativa de aceitação das exigências das normas e regulamentações propostas pelas instituições.

Iamamoto (2012) ressalta:

Não sendo, no interior da categoria profissional, uniforme e unívoco o direcionamento dessa ação, ele tem sido orientado, predominantemente, por uma perspectiva de integração à sociedade. Isso não significa desconsiderar a existência de rumos alternativos, que recusam a incorporação da educação do oprimido, perspectiva que é minoritária no conjunto do meio profissional, mas profundamente significativa, diante de seu caráter inovador dentro da tradição conservadora do Serviço Social. (IAMAMOTO, 2012, p. 123)

Iamamoto (2012) descreve que o Assistente Social é chamado para constituir-se no “*modelo filantrópico da era do capital*” (IAMAMOTO, 2012, p.126). Tal afirmação se relaciona com as raízes confessionais da profissão e com atividades filantrópicas. Segundo a autora, a profissão pode ser relacionada com a imagem que o Estado deseja repassar ao conjunto da sociedade, mas discorre sobre alternativas:

Pode o profissional limitar-se a responder às demandas do empregador, confirmando-lhe sua adesão, ou lançar-se no esforço coletivo junto à categoria, aliada aos demais profissionais e aos setores populares, de propor e efetivar uma direção alternativa àquela proposta pelos setores dominantes para a intervenção técnica. Trata-se de, a partir do jogo de forças sociais presentes nas circunstâncias de seu trabalho, reorientar a prática profissional a serviço dos interesses e necessidades dos segmentos majoritários da população, consolidando junto a eles novas fontes de legitimidade para o Serviço Social. (IAMAMOTO, 2012, p. 129)

As particularidades da emergência da profissão no Brasil permitem-nos contemplar, a relação do serviço social com a imagem profissional socialmente construída. Ortiz (2010)

pontua três elementos que se caracterizam como eixos principais para esta vinculação: a natureza da profissão e as características assumidas pelo projeto reformista conservador, a emergência da profissão e sua relação com o projeto em questão e todos os desdobramentos para a construção de uma determinada imagem social da profissão.

2.2 SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E AS PARTICULARIDADES DA CONSTRUÇÃO DE SUA IMAGEM PROFISSIONAL.

O capitalismo monopolista como salientamos anteriormente, “[...] obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados” (NETTO, 2011, p. 20). Essa mudança na forma de organização do capitalismo nos diversos países não obedeceu a uma padronização. Mandel (1985) descreve como uma mudança de justaposição do desenvolvimento e subdesenvolvimento. Para o autor, emergiu novos níveis diferenciados de acumulação do capital, produtividade e extração de excedente.

[...] o que mudou na transição do capitalismo de livre concorrência ao imperialismo clássico foi a articulação específica das relações de produção e troca entre os países metropolitanos e as nações subdesenvolvidas. A dominação do capital estrangeiro sobre a acumulação local de capital (na maioria das vezes associado à dominação política) passou a submeter o desenvolvimento econômico local aos interesses da burguesia nos países metropolitanos. Não era mais a “artilharia leve” de mercadorias baratas que agora bombardeava os países subdesenvolvidos, mas a “artilharia pesada” do controle das reservas do capital. (MANDEL, 1985, p. 37)

Ou seja, o moderno e o arcaico precisaram combinar. A justaposição entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos era necessária e própria da nova dinâmica do capitalismo, os primeiros abasteciam os segundos tornando-os seus consumidores ou potenciais. Como Ortiz (2010) ressalta: “*desenvolve-se de forma desigual em termos mundiais, e ao mesmo tempo combinada [...]*” (ORTIZ, 2010, p. 25).

Na teoria do desenvolvimento desigual e combinado no artigo de Lowy (1995), Trotsky (*apud* LOWY, 1995) destaca que ao desenvolver a teoria do desenvolvimento

desigual e combinado, o autor pretendia explicar às diferentes formas que se apresentava o capitalismo, assim como, todas as contradições econômicas e sociais que são perceptíveis em países do capitalismo periférico e imperialista.

A hipótese que funda essa teoria pode ser formulada aproximadamente nos seguintes termos: com a ascensão do capitalismo a um sistema mundial, a história mundial torna-se uma totalidade concreta (contraditória) e as condições do desenvolvimento social e econômico conhecem uma mudança qualitativa: “O capitalismo (...) preparou e, num certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Por isso está excluída a possibilidade de uma repetição das formas de desenvolvimento de diversas nações. Forçado a se colocar a retomar dos países avançados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão (...)”. As sociedades menos desenvolvidas têm a possibilidade, ou, mais exatamente, são obrigadas a adotar certos traços avançados saltando as etapas intermediárias: “Os selvagens renunciam ao arco e flecha, para logo tomarem os fuzis, sem percorrer a distância que separava, no passado, estas diferentes armas. (...) O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversidades. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado” (TROTSKY *apud* LOWY, 1995 p. 76- 77)

Não há indícios de uma possível classificação do Brasil quanto ao modelo de país plenamente desenvolvido. A era monopólica, coloca a necessidade de um estágio de desenvolvimento em nível mundial. Ou seja, para a sua manutenção e valorização, exige-se uma nova configuração, que a partir daí impõe-se uma série de medidas político-ideológicas para atuar junto à onda industrializante. Ocorre no Brasil e em outros países um desenvolvimento desigual e combinado.

Para Florestan Fernandes (2009), o modelo de imperialismo é destrutivo para os países subdesenvolvidos. O autor coloca que por não ter condições para um crescimento autossustentável para a economia, e para um rápido crescimento industrial os países da América Latina exportam uma espécie de “*miniatura do modelo europeu de revolução francesa, através de expedientes improvisados e oportunistas.*” (FERNANDES, 2009, p. 30). Ainda segundo o autor, alguns países foram capazes de através do Estado conseguir construir e desenvolver indústrias básicas, empresas públicas ou semipúblicas, construindo uma “*base para a diferenciação da produção industrial, a aceleração autônoma do crescimento econômico e a integração nacional da economia.*” (FERNANDES, 2009, p. 31)

As particularidades do Brasil na sua trajetória histórica apontam que desde a Proclamação da República, segundo Ianni (*apud* ORTIZ, 2010), o Brasil não conseguiu entrar no ritmo da história, não houve o rompimento com alguns traços primordiais, por exemplo, o escravismo, a não realização da república e conseqüentemente as garantias democráticas. De acordo com Ortiz (2010): *“De qualquer modo, somente em fins do século XIX, foi possível, em solo brasileiro, a realização de tarefas históricas, as quais em outros países, sobretudo nos capitalistas centrais, já eram ‘coisas do passado’.”* (ORTIZ, 2010, p. 41)

Observa-se no Brasil, no século XIX, o fortalecimento da cultura agrícola expressivamente o café²⁰, enquanto no mundo ocidental, principalmente na Europa, a consolidação da grande indústria monopolista e o assentamento de suas bases econômicas e políticas ergueram-se.

A permanência de extenso período da monocultura oligárquica no Brasil, foi importante para a lógica monopolista de desenvolvimento desigual e combinado, como apontou Ortiz (2010):

É importante salientar que a permanência por um longo período da lógica e da dinâmica da monocultura oligárquica, entendida como uma das heranças coloniais, antes de configurar como um impedimento para o processo de implantação da ordem burguesa no Brasil serviu-lhe de esteio e fundamento, dentro da lógica monopolista de desenvolvimento desigual e combinado. (ORTIZ, 2010, p.42)

A partir do século XX com o avanço industrial, o modelo agroexportador passou a se alterar. Ortiz (2010) ressalta que essa mudança não significa a socialização do poder político e econômico, e nem a independência frente ao capital estrangeiro. Para a autora, a dependência se manteve e se fortaleceu, porém em novas bases. O período é marcado por uma profunda crise financeira e o modelo reconhecido no Brasil, à cafeicultura, começou a dar seus primeiros sinais de esgotamento.

²⁰ Segundo Ortiz (2010), para o cultivo de café, era necessário um alto nível de investimento, em contraposição a um retorno demorado. O que levou a uma inviabilização da participação de pequenos agricultores nesse tipo de negócio, confirmando a tradição histórica brasileira onde: *“a concentração de poder econômico e político nas mãos de poucos.”* (ORTIZ, 2010, p. 41)

Presenciou-se também nesse período que a existência do escravismo se tornou incompatível com a lógica do capital. A abolição da escravidão e a Proclamação da República segundo Ianni (*apud* Ortiz 2010), parecia dar um salto, porém tais processos não trouxeram ganhos ao trabalhador e aos segmentos populares. “*Ou seja, consolidava-se o capitalismo no Brasil a partir, conforme o dizer de Ianni, de ‘uma singular revolução pelo alto’.*” (ORTIZ, 2010, p. 48)

Ortiz (2010) ressalta:

[...] a consolidação, ainda que tardia, do capitalismo no Brasil também se explica a partir de alguns processos autoimplicados. Um deles é o fato de que a transição de uma estrutura socioeconômica e política, pautada no modelo agroexportador e no trabalho escravo, para a consolidação de um mercado tipicamente capitalista, apenas se deu em função das potencialidades aqui existentes passíveis de investimento e de incorporação pelo circuito internacional monopolista. Assim, foi o interesse estratégico do monopólio imperialista pelo capitalismo recém-instaurado no Brasil, que permitiu e aprofundou a transição daquele modelo arcaico [sem dispensar algumas de suas características, principalmente aquelas de caráter sociocultural e político] para o mercado capitalista moderno. (ORTIZ 2010, p.50)

Essa transição descrita pela autora trouxe algumas características importantes, como por exemplo, o desenvolvimento do país em algumas áreas específicas de interesse do capital. Dois traços do país são evidenciados: o moderno convivendo com o arcaico e diferenças regionais presenciadas no país na contemporaneidade.

Ortiz (2010) ressalta três considerações que sinalizam o florescimento da indústria no Brasil somente a partir do século XX. A primeira pode ser caracterizada como a necessidade de significativos investimentos em condições e habilitações técnicas. Setores industriais como campos de energia e siderúrgica, não ofereciam bases para o desenvolvimento de ramos industriais no século XIX. “*Tais investimentos eram incompatíveis com uma economia preocupada exclusivamente com a exploração de gêneros agrícolas e matérias-primas para exportação*” (ORTIZ, 2010, p. 54)

Em segundo lugar, a necessidade de um amplo mercado consumidor, para a economia, o que se colocou como inviável, pois as condições da população brasileira eram ínfimas²¹. A terceira classifica-se como a dificuldade da concorrência entre os produtos industrializados estrangeiros e os desenvolvidos no país, pois “*as primeiras iniciativas no campo manufatureiro mostram-se incipientes, a despeito da existência de uma mão de obra excessivamente barata.*” (ORTIZ, 2010, p. 54)

Uma mudança no cenário mundial ocorria no século XX. Um contexto de primeira guerra mundial²², fez com que o Brasil se encontrasse diante da incapacidade de manter em dia as importações de produtos manufaturados, pois os países de onde se exportava, estavam envolvidos nos conflitos. Com isso, em um primeiro momento e de forma inicial, a indústria brasileira começa a ergue-se. Ortiz (2010) observa que os únicos setores industriais com maior êxito financeiro e operacional na época foram àqueles ligados ao capitalismo estrangeiro, ou seja, as empresas estrangeiras instaladas no país.

É importante ressaltar que a industrialização massiva do Brasil aconteceu exatamente num período [segunda metade do século XX], no qual o capitalismo vivia internacionalmente uma fase de prosperidade, ou no dizer de Mandel (1985) – uma onda longa expansiva, na qual se observava, por assim dizer, o enfraquecimento político-organizativo da classe operária em função da ascensão do fascismo e da Segunda Guerra. (ORTIZ, 2010, p. 55)

A conjuntura pós-guerra exigiu do Brasil a necessidade de industrializar-se. Foi somente a partir dos anos 30 que se puderam observar os primeiros indícios de uma organização brasileira voltada ao desenvolvimento das indústrias. Observa-se que esse modelo que estava se organizando, não substituiu à subalternidade do país a economia, pelo contrário, tendeu a aprofundá-lo.

²¹ Ortiz (2010) a partir do autor Prado Junior (1974) observa que as condições de vida da população brasileira eram ínfimas, ou seja, dispunham de uma qualidade de vida insuficiente. O autor observou a estrutura compartimentada das diferentes regiões brasileiras uma das outras e desarticuladas pela falta de transporte. (JÚNIOR apud ORTIZ 2010, p. 54)

²² Período entre 1914 a 1918.

Iniciada nos anos 30 com a ditadura varguista coube ao Estado “*refuncionalizar-se, assumindo uma série de novas tarefas e atribuições, seguindo um pouco a trilha dos países centrais, mais diretamente com relação às suas funções econômicas.*” (ORTIZ, 2010, p. 57)

A necessidade de estatizar determinados setores, bem como de conferir ao Estado uma relativa autonomia, responde aos interesses capitalistas na medida em que somente o Estado deve assumir determinados riscos – a partir do empreendimento em áreas de retorno financeiro mais lento [como aquelas voltadas para infraestrutura, que exige enorme investimento], além de gerar e administrar mecanismos capazes de impedir ou amenizar as crises cíclicas [...] (ORTIZ, 2010, p. 57)

Com efeito, a partir dos anos 50 a refuncionalização do Estado gerou a criação de órgãos direcionados ao favorecimento do desenvolvimento econômico nacional. Observou-se a necessidade do país alinhar-se ao contexto internacional a partir do desenvolvimentismo. Ianni (*apud* Ortiz 2010) descreveu três perspectivas políticas possíveis para a consolidação do processo de desenvolvimento no país.

A primeira seria o desenvolvimento preconizado por setores do proletariado e burguesia nacional. De acordo com Ianni (*apud* ORTIZ, 2010), a consolidação do capitalismo sobre bases nacionais não eliminaria o capital estrangeiro, teria a sua participação sob o controle estatal. Para a autora:

[...] uma das particularidades do capitalismo desenvolvido no Brasil é sua dupla articulação: do ponto de vista interno, na medida em que articula tendências modernas com as arcaicas; bem como externo, expresso na combinação da economia brasileira com as imperialistas, inviabilizando, desta forma, as possibilidades reais da constituição de um capitalismo genuinamente nacional. (ORTIZ, 2010, p. 60)

A segunda se caracterizaria como a organização do desenvolvimento brasileiro a partir da ruptura com a ordem vigente, a partir do socialismo. E a terceira perspectiva classificada como a exitosa, foi à vinculação do processo de desenvolvimento com o capital estrangeiro. Ortiz (2010) ressalta que a elite nacional, optou por um desenvolvimento vinculado a economia estrangeira ao se arriscar pela via nacionalista. Optaram pela incorporação de seus interesses em primeiro lugar, assim como o uso da força, violência, repressão e paternalismo para o enfrentamento da oposição. A burguesia nacional:

[...] não assume o papel de paladina da civilização ou instrumento da modernidade, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do ‘atrás’ quanto do ‘adiantamento’ das populações (FERNANDES *apud* ORTIZ 2010 p. 64)

Com isso, nos anos 50 sob a presidência de Juscelino Kubitschek, o país desenvolveu-se a partir do capitalismo associado ao capital estrangeiro. O Estado atuará frente à expansão das bases necessárias para o aprofundamento do capital privado. Os Estados Unidos erguia-se como “*um novo centro imperialista mundial*” (ORTIZ, 2010, p. 65). O capital norte-americano nos países latino-americanos, dentre eles o Brasil, era maciço com o objetivo de manter e aprimorar sua hegemonia econômica.

Nos meados dos anos 50, ocorreu uma mudança qualitativa no papel do Estado. Observou-se uma opção por um modelo de desenvolvimento voltado ao país. Ortiz (2010) ressalta a dificuldade de um modelo de desenvolvimento nacional frente à dinâmica monopólica, e salienta que o plano de metas²³ e toda sua articulação, previam o alinhamento brasileiro ao contexto internacional. A autora também destaca o envolvimento e participação popular através de um discurso de posterior benefício a todos em relação ao processo de construção do desenvolvimento. “*Caberia às massas o papel de ‘soldado do desenvolvimento’ na construção do consenso em torno da alternativa traçada pelo Estado desenvolvimentista brasileiro.*” (ORTIZ, 2010, p. 65)

Assim, presenciou-se a alteração do modelo pautado na monocultura para a exportação. Ianni (*apud* ORTIZ, 2010) destacou dois aspectos na constituição e aprofundamento do capitalismo no Brasil, para o autor o primeiro classifica-se como o papel

²³ O plano de metas realizado nos anos 50, sob a gestão de Juscelino Kubitschek, segundo Ianni (*apud* Ortiz 2010), tinha por principais objetivos: “[...] abolir os pontos de estrangulamento da economia, por meio de investimentos infra-estruturais, a cargo do Estado, pois que esses investimentos não atrairiam o setor privado; [...] expandir a indústria de base, como a automobilística, indústria pesada e de material elétrico pesado, estimulando investimentos nacionais e estrangeiros. [...] Um dos alvos principais do Programa era atrair o interesse de empresários estrangeiros, com seu capital e sua tecnologia” (IANNI *apud* ORTIZ 2010, p. 64)

de destaque do Estado, onde se tornou “peça chave” para efetivar-se no Brasil frente ao monopólio, pois, tomou a condução de determinadas ações.

O segundo aspecto articula-se ao primeiro, caracteriza-se como a importância em um determinado momento histórico, mais exatamente na segunda metade dos anos 50, a criação de uma política planejada para o desenvolvimento capitalista.

Consolida-se a partir daí o capitalismo no Brasil, como Ortiz (2010) destaca: *“heteronômico e associado aos interesses do capital [...]”* (ORTIZ, 2010, p. 67). O Estado atuou a fim de garantir a consolidação do processo passando a assumir diversas funções e dentre elas uma relaciona-se a profissão: a emergência das políticas sociais.

Como citado anteriormente, historicamente a relação entre o Estado e a fase que o capitalismo se encontra influencia na forma como o primeiro atua frente às políticas sociais. Na era monopólica observou-se a introdução e expansão dos serviços e políticas sociais nos países monopolistas, porém o Brasil congrega traços particulares a cerca das políticas sociais. Presenciou-se que as demandas dos trabalhadores não conseguiram se constituir enquanto princípio de convivência democrática.

Não só no Brasil, nos países latino-americanos a organização dos trabalhadores sofreu forte repressão do poder público. A burguesia nacional trazia um traço que junto ao papel do Estado incidia na organização dos trabalhadores:

Quanto a burguesia nacional [...], uma classe incapaz de gestar um projeto autóctone de sociedade, porém afinada com o projeto reformista-burguês internacional, o qual, em contraposição ao projeto societário proletário, objetivou interpretar a ‘questão social’ de forma ‘apolítica’ e, portanto, ‘a-histórica’, tratando suas seqüelas como ‘problemas sociais’. (ORTIZ, 2010, p. 69)

Desde a construção sócio-histórica dos países latino-americanos, observam-se as normas e rotinas de acordo com interesses da administração colonial. A independência desses países congrega a incapacidade de superar a lógica da subalternidade, e no Brasil

historicamente não havia nenhum projeto político voltado à ascensão da condição social das classes subalternas.

Nesse contexto que a política social constitui-se no Brasil e nos países latino-americanos, congregando alguns aspectos comuns como a desigualdade presente nessas sociedades. Ortiz (2010) ressalta: *“A partir dessas condições, a construção do direito e da política é algo muito distante da população brasileira, que nem sempre tem muito claro seu real papel como ator político, tampouco conhece seus fundamentos na ordem burguesa.”* (ORTIZ, 2010, p. 71)

A trajetória sócio-histórica do Brasil nos permite compreender um país marcado pela ausência de práticas democráticas, pautado na *“ideologia do favor”* (SCHWARZ *apud* Ortiz, 2010), assim como, observaram-se relações de trabalho pautado pelo servilismo.

A partir daí, considerando a trajetória sócio-histórica brasileira baseada na ‘ideologia do favor’ e no clientelismo das oligarquias, por um lado; e na indisposição política da burguesia nacional e na interpretação e cumprimento da lei, segundo interesses particulares, por outro; torna-se claro o restrito nível de abrangência e universalidade das políticas sociais no Brasil. (ORTIZ, 2010, p. 76)

O perfil dos que compõe o povo pelo pensamento social conservador, segundo Ianni (*apud* ORTIZ, 2010), aponta para uma massa incapaz de tomar decisões e de compreender a vida social, com isso, a necessidade da tutela a fim de conduzir esse grupo social. Um pensamento conservador que perdura conceitos como a culpabilização do indivíduo por ser pobre, inferior, ignorante, analfabeto, dentre outros.

O quadro acima apontado reponta para a classificação da *“questão social”* a partir da sua criminalização. No Brasil seu enfrentamento deu-se a partir de políticas sociais, sem desconsiderar outras modalidades como a repressão e filantropia.

Como sinalizado no capítulo anterior, às políticas sociais no estágio monopolista tornaram-se fragmentadas e particularizadas, além de seu enfrentamento através das esferas público e privadas. No Brasil, respeitando todas as particularidades da consolidação do

capitalismo, as políticas sociais desenvolveram-se partindo da sua característica primordial: a de manutenção da ordem social.

As formas de enfrentamento das sequelas da “questão social” pelo Estado deram-se através de um quadro político-ideológico e cultural onde as intervenções tomadas pelo Estado partiam de uma perspectiva de “Estado neutro”, onde o próprio colocou-se com uma instância neutra e sua existência surge para compensar e favorecer os que são por natureza ou condição, incapacitados de usufruir as “vantagens” que o mercado proporciona.

Ligadas às medidas político-ideológicas que foram estabelecidas, as expressões da “questão social”, passam a ser enfrentadas a partir de um conjunto de serviços e políticas sociais relacionadas a um aparato institucional para operacionalizá-las. Logo a constituição de profissões, dentre elas o serviço social é requisitado para atuar na divisão social e técnica do trabalho, vinculado ao processo conservador. Ortiz (2010) ressalta que as formas de tratamento das expressões da “questão social” pela profissão, a partir da apreensão dos pilares do projeto de cunho reformista-conservador, geraram as condições específicas para a emergência e institucionalização da profissão.

A imagem profissional de acordo com Ortiz (2010) vincula-se a partir de três pontos principais:

1. a natureza e as características assumidas pelo projeto reformista-conservador no cenário brasileiro da primeira metade do século XX;
2. O processo de emergência do Serviço Social brasileiro e sua relação particular com o projeto em questão;
3. Os desdobramentos deste para a construção de uma determinada imagem social da profissão. (ORTIZ, 2010 p 88)

Segundo a autora:

[...] Pressupor que a vinculação da profissão ao projeto reformista-conservador, respondendo a determinadas requisições estabelecidas a partir de sua inscrição na divisão social e técnica do trabalho, engendrou as bases necessárias para a constituição de uma definida imagem social, na medida em que tal processo exigiu a formatação de um determinado perfil e ethos profissional capaz de responder às requisições sócio-históricas desse projeto. (Ortiz, 2010, p.88)

Antes de explicitar as características, algumas considerações sobre o projeto reformista-conservador serão explicitadas. De acordo com Ortiz (2010), as bases que sustentam esse projeto é o pensamento conservador. Ligados às influências das Ciências Sociais, o conservadorismo moderno, provém da configuração da situação histórica presenciada na atual conjuntura, nesse caso, a sociedade de classes.

A fonte de inspiração do pensamento conservador provém de um modo de vida do passado, que é resgatado e proposto como uma maneira de interpretar o presente e como conteúdo de um programa viável para a sociedade capitalista. (Iamamoto, 2011, p. 22)

As origens do pensamento conservador datam-se da emergência da burguesia com o processo de revolução francesa. Esse processo revolucionário guiado pela burguesia ocorreu a partir do século XIX. Porém devido aos confrontos ocorridos, principalmente com a classe do proletariado, a burguesia abandonou seu viés revolucionário e adquiriu um papel conservador. O que era um combate aos liberais e socialistas transferiu-se aos trabalhadores e suas reivindicações, que passaram a ser qualificados como um problema de natureza moral. Essa caracterização dos problemas de natureza moral foi uma das estratégias do Estado Capitalista para camuflar as expressões da “questão social”.

Um dos princípios defendidos pelo conservadorismo é o conceito de comunidade e família. Que ocorre também na doutrina religiosa católica. Ortiz (2010) destaca que o pensamento humanista cristão, considera a família como “célula mater”²⁴, uma das estruturas mais importantes para a realização da salvação do homem. Sem ela, tenderá o homem a não cumprir a sua missão terrestre.

Para a profissão, o conceito de família era enraizado na prática profissional. Buscavam-se a partir do conceito, as repostas a um possível “desvio”. A existência dos problemas sociais se tornou relacionado com a desestruturação da família.

Buscam-se na história familiar os elementos explicativos de comportamentos individuais “anômalos” ou “desviantes” de um padrão tido como “normal”. A

²⁴ Iamamoto (2011) salienta que a formação social, moral e intelectual das famílias eram consideradas a base da sociedade, com isso, o objetivo constante em reforçar o núcleo familiar e integrar seus membros a sociedade.

família como grupo social básico, é erigida como núcleo do trabalho profissional e como referência para a apreensão da vida em sociedade, em contrapartida às classes sociais. (Iamamoto, 2011, p. 29)

Embora reconhecessem que a carência material tendia ao desajustamento, havia um modelo de família burguesa para esses profissionais. Não ocorria uma análise crítica que englobasse esses dois fatores. Apelava-se a esfera moral do indivíduo, aos bons costumes.

O anticapitalismo romântico também defendido pelo conservadorismo perpassa a atuação dos profissionais. O anticapitalismo romântico não pode ser considerado uma crítica similar a marxista, pois não visa à eliminação do sistema capitalista. Basicamente preserva alguns conceitos tidos como necessários como a família e comunidade. Na Igreja conservadora católica, percebe-se sua inclinação ao anticapitalismo romântico. Lowy (*apud* ORTIZ, 2010) ressalta:

[...] o elemento dominante da tradição católica é mesmo conservador. Por outro lado, a partir já do fim do século XIX, de certa maneira, a Igreja procura se reconciliar com a sociedade burguesa, com o capitalismo, mas é uma reconciliação a meias: a Igreja aceita a sociedade, mas continua mantendo um relacionamento com uma certa distância crítica. Não há realmente uma identidade total. Sempre persiste uma espécie de desconfiança e uma crítica, é verdade que sempre muito limitada. (LOWY *apud* ORTIZ, 2010, p. 94-95)

A Igreja no final do século XIX buscava resgatar os pressupostos presentes nas Encíclicas de São Tomás de Aquino. A heterogeneidade presente em suas obras ficou conhecida como neotomismo. O pensamento neotomista, “*questiona a prioridade do uso da razão moderna para a explicação e condução da vida social e entende o ser como aquele que é, ao mesmo tempo, criatura finita e imagem e semelhança de Deus*” [...] (ORTIZ, 2010, p. 95)

Segundo esse pensamento o homem é um ser dotado de razão, com isso o permite refletir sobre os seus atos e superar suas limitações. Assim este deverá viver em sociedade dominando seus instintos e paixões e contribuir para o bem comum. Caso não supere suas limitações e não reflita sobre seus atos, o homem tenderá a submeter-se a um tratamento que o devolva a serenidade e a tendência ao progresso e perfectibilidade. Ortiz (2010) destaca que a

reforma moral na esfera comportamental é parte desse processo de ajustamento do homem à naturalidade e ao “seu destino”.

Traço característico do pensamento neotomista, é o reconhecimento do homem como um ser que precisa de proteção sempre que exposto a condições que desfavoreçam a condução de seu processo de perfeição. Esta proteção deverá ser realizada por outros homens, logo a filantropia e caridade apresentam-se nessa perspectiva.

Seguindo a linha do pensamento neotomista, caberá aos governantes assegurar a sociedade condições dignas de vida do trabalhador. E ao trabalhador caberá não desejar aquilo que é do outro. Observa-se que não há nessa linha de pensamento uma crítica ao capitalismo, ao contrário, deve-se buscar a sua harmonia.

Assim, a sociedade capitalista não é essencialmente “má”, conforme os princípios neotomistas; porém tende a se afastar da perspectiva cristã, quando não considera as necessidades da pessoa humana – seja ela trabalhador ou não. Em síntese, embora frontalmente em contraposição ao socialismo, a Igreja Católica não se opõe ao capitalismo em si, mas aos seus excessos expressos na perspectiva liberal. Para ela, o humanismo cristão consistia em uma “terceira via”, que desmobilizava a barbárie comunista e, ao mesmo tempo, humanizava o capitalismo. (ORTIZ, 2010, p. 97-98)

Portanto o projeto reformista-conservador a partir da ótica da Igreja é um fundamento central. Para a Igreja todos são iguais perante Deus, a luta entre classes é considerada como absurda e deve ser contida a partir da educação moral dos trabalhadores. Torna-se tarefa da Igreja a reforma daqueles que se afastaram de Deus. Segundo Ortiz (2010), observa-se a participação dos pioneiros da profissão no movimento de recristianização da humanidade.

O pensamento reformista-conservador defende que a sociedade é regida por leis internas que estão acima dos homens, a sua modificação tenderá a profundos riscos e poderá alterar relações preexistentes que lhe conferem estabilidade. Com isso, o enfrentamento das expressões da “questão social” partindo dessa linha teórica, deve dar-se por uma mudança comportamental.

No final do século XIX e início do XX, segundo Martinelli (*apud* ORTIZ, 2010), são identificados três elementos que constantemente “golpeiam” o capitalismo: crises cíclicas

próprias da dinâmica capitalista com cada vez maior durabilidade e profundidade; a classe trabalhadora com seu avanço político-organizativo e sua consciência de classe que relutava por melhores condições de trabalho e vislumbrava a superação da ordem burguesa; e o crescimento da miséria de maneira desenfreada.

Com isso a burguesia e como Ortiz (2010) coloca, “*seus aliados – Estado e Igreja*” (ORTIZ, 2010, p.100) buscavam ampliar e criar novas formas de conduzir o enfrentamento da “questão social”, pois neste novo momento histórico do capitalismo tornou-se necessário o seu aperfeiçoamento. Logo, a vinculação do positivismo Comteano e a sociologia de Durkheim²⁵.

E é nesse sentido, que podemos identificar a forte influência que o conservadorismo em sua versão laica e positivista, bem como em sua vertente confessional e católica, exerceu no Brasil, encontrando aqui as condições históricas, as quais seriam também férteis, para seu florescimento, e conferindo ao projeto reformista-conservador brasileiro importantes particularidades. (ORTIZ, 2010, p. 101)

Todas essas características envolvem o projeto reformista-conservador. Retornando aos três pontos apresentados por Ortiz (2010), a primeira característica classifica-se como o projeto reformista-conservador e suas influências e particularidades no Brasil. A partir da terceira década do século XX, observam-se a participação do país no cenário monopolista. Essa inserção acarretou em mudanças significativas Ortiz (2010) destaca:

Queremos afirmar que, no Brasil, o projeto de sociedade, de caráter reformista-conservador, assumiu feições bastante articuladas com nossas particularidades históricas, calcadas no colonialismo, no escravismo, na dependência em face às potências capitalistas centrais, no caráter antidemocrático, onde imperam as mudanças “pelo alto” e a “ideologia do favor” a despeito da garantia do direito. (ORTIZ, 2010 p.101)

Para Ortiz (2010) esse processo reformista-conservador no Brasil pauta-se em três eixos principais: “*Deus, ordem e propriedade*” (ORTIZ, 2010 p. 101). Eixos estes que perpassam concepções sobre o positivismo e o humanismo cristão²⁶, e influenciam a trajetória

²⁵ O positivismo e a sociologia de Durkheim foram vistos anteriormente.

²⁶ Ortiz (2010) ao destacar essas vertentes e sua relação com o positivismo e o humanismo cristão, condensa um conjunto de autores que formulam suas teses e que influenciam no cenário brasileiro e seu viés conservador. “Tanto a vertente conservadora – o positivismo - quanto sua versão confessional – o humanismo cristão -, expressas, respectivamente, em autores como Oliveira Vianna, Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima,

sócio-histórica brasileira. Observa-se a forma como o positivismo se apresenta nos anos 30 e 40. A partir da refuncionalização do Estado e conseqüentemente a mudança na forma de enfrentamento das sequelas da “questão social”. Um exemplo é a criação da CLT (1942) e instituições socioassistenciais. A entrada do Brasil no cenário mundial como a autora aponta, pautou-se e inspirou-se nas formulações positivistas sobre o modo de entender e agir sobre a vida social.

Na era Vargas houve tentativas em conciliar diferentes interesses sociais a fim de coincidir com os objetivos do projeto reformista-conservador. Bosi (*apud* Ortiz 2010) exemplifica que a combinação progressismo e autoritarismo presentes na CLT constituem a gestão varguista, pois “a lei, aberta aos direitos do operário, enquanto trabalhador, fechou-se aos seus direitos enquanto cidadão.” (BOSI *apud* ORTIZ 2010, p. 105). Para o autor ocorreram influências ideológicas, o conservadorismo apresentou-se a partir da doutrina Social da Igreja e o positivismo. Traços esses que segundo Bosi (*apud* Ortiz 2010), impregnou no cotidiano mental das classes políticas e conseqüentemente ajudou a construir formas específicas de tratar a “questão social” no Brasil.

Nunca é demais destacar que, a despeito do caldo cultural brasileiro configurar-se notadamente conservador, ele não foi imune ao dinamismo político e cultural observado na ordem burguesa do século XX, este promovido pela luta de classes e pelo *inegável protagonismo dos trabalhadores na cena política*. Mesmo em um país como o Brasil, com forte e histórica tradição conservadora, é possível se observar que o movimento dos trabalhadores [apesar de seus limites e ambigüidades], incidiu na própria construção da legislação trabalhista da década de 40, ainda que muito do que se observa no tocante a relação capital/trabalho durante tais décadas tenha recebido a influencia do positivismo. (ORTIZ, 2010, p.102-103)

A constituição desse caráter reformista-conservador recupera obras do autor do período varguista Oliveira Vianna (*apud* ORTIZ, 2010). O autor dedicou-se a um conjunto de políticas onde traçava transformações sociais, dentro da ordem capitalista. Vianna (*apud* ORTIZ, 2010) “defende a reforma do Estado, tendo em vista que o povo brasileiro é incapaz

por exemplo, entendem o Brasil [cada um com sua maneira, evidentemente] como um país onde a classe trabalhadora é absolutamente incapaz, a ordem deve ser pautada sob o binômio autoridade/obediência; e o Estado, ao lado da Igreja, deve ser suficiente forte para conduzir o país e os brasileiros ao progresso.” (ORTIZ, 2010, p. 101)

de tomar decisão política nacional” (VIEIRA *apud* ORTIZ 2010 p. 106). Com isso o autor propõe ao Estado brasileiro medidas a fim de conceber autonomias aos chefes de governo e forças dirigentes, pois não caberia um regime puramente democrático.

Vianna (*apud* ORTIZ, 2010), assim como demais pensadores que defendem o conservadorismo²⁷ entendem o Brasil como um país desorganizado, onde não ocorre a capacidade de auto-ordenação, com isso, esses autores acreditam ser o país inapto a política e incapaz de um caráter cívico. *“A maneira pejorativa de apreender a população brasileira permite Oliveira Vianna indicar que sendo esta incapaz de ingerir e influenciar a direção política brasileira deve caber as elites fazê-lo.”* (ORTIZ 2010, p. 108).

Para Oliveira Vianna (*apud* ORTIZ, 2010), o governo deve ser administrado pelas elites e contraditoriamente acredita na incapacidade dos governantes entendidos por ele como *“incompetentes para a modernização necessária para o país”* (ORTIZ, 2010, p.109). Segundo o autor, um modelo de Estado ditatorial onde se posicione acima das classes seria o ideal. Vianna (*apud* ORTIZ, 2010) também defende o uso da repressão, segundo ele o povo é incapaz de entender o novo modelo de Estado.

Ortiz (2010) destaca que Oliveira Vianna (*apud* ORTIZ, 2010) entende que para o Brasil se desenvolver em nível dos países centrais, torna-se necessário um amplo processo de reorganização do Estado, onde este se tornaria o responsável por propiciar a paz e o progresso, assim como o responsável pelas sequelas da *“questão social”*.

A aliança entre o Estado e a Igreja Católica é incontestável para Vianna (*apud* Ortiz 2010). Há uma historiografia onde é notória a aliança entre Estado e Igreja no período Vargasista.

É clara a percepção de que a Igreja Católica, conforme as diretrizes de sua Doutrina Social, estava inserida nos princípios do neotomismo e no humanismo cristão expressa em suas encíclicas papais; também possuía, a partir de seus postulados, um

²⁷ Ortiz (2010) aborda diferentes autores do viés conservador que compactuam com ideias similares à Oliveira Vianna (*apud* Ortiz 2010).

determinado projeto de sociedade, que no caso brasileiro fundamentava-se na concepção de “democracia cristã”. (ORTIZ, 2010, p. 112)

A democracia cristã pode ser compreendida a partir da organização civil. Todas as formas jurídicas e econômicas cooperam ao bem comum. Com isso, a atenção maior pela Igreja aos segmentos mais pauperizados. O projeto contaria com a participação de todas as classes sociais presentes sem restringir-se a ação da classe burguesa.

A concepção da democracia cristã em favorecer o trabalhador nos limites do capital, tornou-se defendida pela doutrina religiosa e pelos primeiros assistentes sociais no Brasil. Como salientado, um acolhimento de acordo com a Igreja acima dos interesses das classes. O papel do Estado seria:

O traço repressor do Estado, necessário, segundo a Igreja, para conter os excessos da sociedade capitalista – materializados pela avareza e egoísmo da burguesia -, por um lado; e, por outro, eliminar a incompreensão da classe trabalhadora, expressa na luta de classes, deve ser acompanhado da ordem e da autoridade. Deve o Estado primar pela ordem, usando sua autoridade, inclusive em atitudes nas quais a força se faça necessária. (ORTIZ, 2010, p.113)

Ortiz (2010) ressalta que os princípios defendidos pela Igreja Católica integravam um conjunto de interesses congruentes ao projeto reformista-conservador presente no Brasil nesse período. E este perfil brasileiro foi necessário para a acomodação do Brasil no cenário monopolista.

Foi a própria realidade marcada pelas exigências e necessidades do capitalismo, agora em sua fase monopolista, que ao mesmo tempo impõe o desenvolvimento do capital de forma desigual, porém combinada entre os países, que requereu também a constituição de um projeto integrador [de caráter reformista e conservador], o qual, a partir da apreensão de fundamentos teóricos, metodológicos, filosóficos e políticos oriundos das mais diferentes matizes, forjou uma determinada postura do Estado brasileiro em especial, no trato das expressões da “questão social”. Este, conforme analisado anteriormente, tentou enfrentar tais expressões a partir de algumas modalidades para este fim, dentre as quais os serviços e as políticas sociais. (ORTIZ, 2010, p. 114)

As particularidades da inserção do Brasil de acordo com o projeto reformista-conservador permitem avançar e contemplar a segunda característica relacionada à construção da imagem profissional. O processo de consolidação da profissão no Brasil e a constituição do seu ethos profissional. A partir de uma compreensão pautada na perspectiva histórico-crítica,

a profissão emerge em um determinado momento da história como já mencionado, na era monopolista do capitalismo e frente às expressões da “questão social”. Contudo, Ortiz (2010) destaca que:

[...] não se pode vincular diretamente a emergência do Serviço Social à “questão social”, sem que estejam claras as mediações existentes entre o surgimento da profissão e as formas típicas de enfrentamento da “questão social” no século XX. (ORTIZ, 2010, p. 115)

Ou seja, a “questão social” e a emergência da profissão não se misturam, o que ocorre como Netto (2011) sinalizou são peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica.

Para compreender o processo de surgimento da profissão é importante analisar o contexto brasileiro e o redirecionamento do Estado, como realizado anteriormente. Iamamoto (2011) descreve o surgimento da profissão a partir de um movimento social mais amplo com suas bases confessionais e articulado a Igreja Católica. Ocorreu uma tentativa de uma presença mais ativa da própria, e a recuperação de áreas de influências e privilégios perdidos frente à crescente secularização.

A necessidade do enfrentamento das expressões da “questão social”, partiu da junção de setores dominantes da sociedade, o Estado e a Igreja a fim de um projeto em comum; o projeto reformista-conservador. Ortiz (2010) ressalta:

[...] o projeto reformista-conservador, cujos objetivos eram, em última análise: modernizar o Brasil, capacitando-o para ingressar definitivamente no circuito capitalista internacional; e, conter e/ou esvaziar a mobilização e a organização política da classe trabalhadora. (ORTIZ, 2010, p. 116)

A Igreja Católica a partir do projeto reformista-conservador assumiu um papel importante nos primeiros quadros de iniciativas de organizações de cursos de formação. Iamamoto (2011) ressalta que para a Igreja a “questão social” não era vista como uma questão político-econômica, e sim moral e religiosa. Com isso, tornou-se legítima a intervenção do Estado a fim de preservar e regular a propriedade privada e impondo limites aos excessos de exploração.

Em uma mesa redonda realizada na PUC (1982), encontra-se a fala de uma das pioneiras da profissão sobre a relação entre o serviço social e a Igreja:

D. Helena: Nesse contexto, o Serviço Social originou-se de um movimento dentro da Igreja. [...] Foi nesse período que a doutrina social da Igreja começou a ser mais divulgada, estudada, conhecida, e foram os cristãos que passaram a buscar respostas aos problemas sociais. Com base nessa doutrina e no pouco conhecimento da realidade, é que foram formulados alguns esquemas de intervenção da realidade brasileira. O Serviço Social surgiu em um grupo de vanguarda da doutrina social da Igreja, voltando-se para a formação de profissionais para a atuação sobre os problemas sociais que se colocavam na época. Ele começou com o ímpeto de renovação, de estudo, de posicionamento avançado para a época. (YAZBECK, 1982, p. 16)

Embora a profissão tenha suas bases ligadas aos elementos conservadores. Ortiz (2010) destaca que:

A profissão não recebeu da burguesia os elementos conservadores que compõem seu ethos profissional; isto é, não se trata de um movimento de mão única, pois exatamente por possuí-los em suas protoformas e estar sobre eles fundada, tornou-se área passível de investimento institucional e político burguês, com o apoio da Igreja Católica. Além disso, embora nem todos os seus primeiros agentes fossem oriundos das elites da sociedade, alguns eram e muitos aspiravam a esta condição, trazendo de suas trajetórias pessoais e de classe, muitos elementos constituintes deste ethos profissional. (ORTIZ, 2010, p. 117-118)

As características da profissão nos seus primórdios a partir de várias matrizes do pensamento conservador trouxeram para a profissão um “arranjo teórico-doutrinário”²⁸ onde permitiu que a inserção na divisão sócio-técnica do trabalho mantivesse um caráter de profissão “especial”. Essa inserção da profissão a partir dessa característica, *“incidiu direta e fortemente na configuração de um ethos profissional particular [...]”* (ORTIZ, 2010, p. 119).

A partir das características acima citadas, há três elementos importantes a serem destacados, que *“comparecem como elementos flagrantes e constituintes de uma determinada imagem social desta profissão face aos seus empregadores, usuários e a si mesma.”* (ORTIZ, 2010, p. 121) O primeiro elemento classifica-se como a procura da profissão pelos seus pioneiros, a partir de vocação e aperfeiçoamento do apostolado, ou seja, a tentativa de conseguir status profissional às atividades apostolares já desenvolvidas. Houve uma

²⁸ Yamamoto (2011) observa que esse “arranjo teórico-doutrinário”, permite que a profissão ofereça um suporte técnico-científico, ou seja, as exigências de tecnificação, que a modernização da sociedade e Estado lhe impõe, concomitantemente, e no mesmo movimento, preserva o caráter de uma profissão “especial”, missionária.

preponderância do militantismo católico nos pioneiros da profissão assim como a tendência ao voluntarismo e messianismo, constituindo uma determinada imagem social a profissão.

D. Nadir: [...] é que na totalidade de Escolas de Serviço Social encontravam-se pessoas que buscavam uma profissão, porque necessitavam trabalhar, e encontraram no Serviço Social essa oportunidade de uma profissão onde poderiam se realizar, desempenhando sua vocação social, de trabalho com base nos valores cristãos. (YAZBECK, 1982, p. 17)

O segundo elemento destacado por Ortiz (2010) acolhe conseqüências até hoje para a profissão, configura-se como a dificuldade do profissional em apreender o lugar que ocupa a teoria no exercício profissional e o tratamento dado a esse conhecimento e capacitação continuada. O serviço social que tem por característica histórica o ingresso nos valores morais e pessoais não priorizando conhecimentos teóricos e a necessidade de aperfeiçoamento.

Trata-se, dessa forma, do primado das qualidades morais do agente sobre seu saber, ou seja, a apreensão do conhecimento teórico como algo secundário para a profissão cujo mote de adesão de seus postulantes, bem como as requisições feitas pela divisão do trabalho aos agentes profissionais, baseava-se na vocação e na boa vontade. (ORTIZ, 2010, p. 120)

Um trecho da mesa redonda (1982) congrega essa característica:

CARMELITA: Só uma questão, para esclarecer: toda a visão do social, toda compreensão do social, de parte do Serviço Social, era via-Igreja?

D. Helena: No início foi.

CARMELITA: Quer dizer, não se considerava de forma explícita a influência de outras instituições, o Estado por exemplo.

D. NADIR: Uma das preocupações era um estudo da nossa legislação. Nós estudávamos a legislação, a constituição nacional, a do Estado, depois estudávamos todas as leis trabalhistas, as leis básicas com relação à saúde. . . E certamente o trabalho com instituições públicas: por onde a maioria iniciou o seu trabalho profissional. Não se ignorando o papel do Estado.

CARMELITA: Mas me parece que sempre do ponto de vista da Igreja, da visão da Igreja. . . A forma de apreender, a captação era via pensamento social da Igreja.

D. HELENA: Sim, a captação era baseada nos valores cristãos. Tínhamos uma concepção de homem, uma concepção de mundo baseada na visão cristã. Era desse ponto de vista que estudávamos a doutrina social da Igreja. A partir daí, analisávamos a função do Estado, da família, do sindicato. (YAZBECK, 1982, p. 19)

O diálogo acima além de explicitar o ingresso da profissão em aspectos morais relacionado à Igreja Católica ratifica a forma de ingresso do serviço social com seu caráter

missionário e vocacional. Odila Ferreira²⁹ ao perguntada sobre o cuidado em não demonstrar o aspecto religioso na atuação profissional, em entrevista (1977) responde:

É que queríamos conquistar toda a gente. Não estávamos fazendo um movimento religioso. Tínhamos medo de que elas entendessem como um movimento religioso; era só um movimento social. Com doutrina religiosa, naturalmente. (ROY, 1977, p. 42)

Esse segundo elemento tem relação com a maneira que as expressões da “questão social” são tratadas no capitalismo monopolista. Ou seja, os elementos de uma determinada imagem social no Brasil a partir do pensamento conservador e seu arcabouço ideológico-cultural, que é condizente com o projeto societário em questão.

Assim, por muito tempo a falaciosa perspectiva, de que não era necessária a apreensão teórica para atuar como assistente social, atravessou o Serviço Social, a visão de seus empregadores acerca da profissão e da opinião pública em geral [o que ainda se faz presente], ampliando e ratificando a máxima: “só se aprende na prática”; “na prática, a teoria é outra”; “não precisa estudar muito para ser assistente social”. Dessa forma, qualquer um que disponha do perfil moral exigido pode desenvolver as atividades de assistente social [como, por exemplo, as inúmeras pessoas que se autodenominavam assistentes sociais ou “quase”, no caso brasileiro, as “primeiras-damas”. (ORTIZ, 2010, p. 122)

Ortiz (2010) destaca o terceiro elemento a respeito da gestação de um determinado ethos profissional. Segundo a autora, tem relação com o perfil dos candidatos à profissão³⁰. A profissão caracterizou-se historicamente como majoritariamente desenvolvida por mulheres. A mulher é caracterizada como a portadora de qualidades natas a lidar com problemas sociais (a partir da ótica da naturalização, moralização, psicologização), ou seja, é concedida uma vocação natural as tarefas educativas e cuidadasas.

A imagem social da profissão e do profissional encontra-se profundamente estigmatizada pelos estereótipos criados em torno da mulher, aparecendo como uma extensão profissionalizante de seu “papel na sociedade”, como uma alternativa à vida doméstica e à participação política. A figura da mãe, da educadora e do sacerdote se mesclam na imagem social dessa profissão, precária base técnico-científica, que historicamente tendeu a valorizar “dons”, os atributos de classe “naturalizados” como essenciais à tarefa educativa e moralizadora junto às classes subalternas. (IAMAMOTO, 2011, p. 49-50)

²⁹ Odila Cintra Ferreira criou a 1ª Escola de Serviço Social no Brasil, em 15 de fevereiro de 1936. (ROY, 1977)

³⁰ No que se refere ao perfil contemporâneo, houve no decorrer dos anos uma mudança no perfil atual dos que se inserem na profissão que incide sobre essa imagem social.

Entendia-se que a mulher era portadora de um caldo cultural, representava o bem, os bons costumes, oferecia as famílias aconselhamentos necessários para a felicidade e uma vida digna. Há outros critérios que também são entendidos como pré-requisitos para a inserção no curso de serviço social, são esses: a idade, que deveria ser entre 18 a 40 anos, a apresentação de pelo menos três cartas de referência e exames médicos. Além disso, o contexto familiar dessa candidata, pois a reputação de sua família poderia eliminá-la.

Ortiz (2010) descreve que não são únicas da profissão essas características. Na Europa, por exemplo, surgiram algumas profissões com traços semelhantes ao serviço social. Todas dispunham da mesma finalidade, um projeto reformista-conservador que tinha por objetivo conter política e ideologicamente o trabalhador. São exemplos dessas profissões os superintendentes de fábrica, que de acordo com a autora podem ser caracterizados como uma versão pioneira do serviço social em fábricas, e as visitadoras domiciliares, que a partir de um diagnóstico social, penetravam nas residências a fim de colher informações para inserir ou não as famílias na obtenção de algum bem ou serviço social. Ortiz (2010) destaca que essas profissões também têm relação com a construção de uma determinada imagem social.

Com efeito, tanto o Serviço Social quanto as demais profissões citadas, ainda que considerando suas especificidades, inscreveram-se na divisão social e técnica do trabalho em um determinado momento da história do capitalismo para responder às requisições relativas à reprodução da sociedade capitalista face às expressões da “questão social”. (ORTIZ, 2010, p. 126)

A terceira e última característica relacionada aos três pontos que se vincula a imagem profissional, remete aos desdobramentos destes fatores para o exercício profissional e construção de uma determinada imagem social da profissão e de seus agentes. As particularidades da emergência do serviço social e de suas práticas foram sinalizadas no item anterior. A imagem socialmente construída do profissional tem relação com todas essas particularidades. O assistente social é o profissional que direciona sua intervenção cotidiana próximo ao usuário, com isso entende-se que será o agente responsável pela efetivação da mudança de seu comportamento a partir de um processo de ajustamento. A requisição da

instituição empregadora pauta-se na perspectiva que tal profissional é “*capaz de desistorizar as expressões da ‘questão social’, transformando-a em desvios, disfunções, anomalias que carecem de tratamento.*” (ORTIZ, 2010, p. 135).

Embora a atuação da profissão seja resguardada pelo seu código de ética que traz como dever o sigilo profissional dotando-o de autonomia, não se pode afirmar que essa configuração garanta independência da profissão a seu empregador. Ortiz (2010) destaca:

Ao contrário, a intervenção profissional tende a circunscrever-se à lógica e rotina da instituição, expressas em seus projetos, programas, objetivos e cronogramas. Em muitas situações, observa-se que o próprio profissional identifica as demandas institucionais como suas, fazendo da proposta de seu empregador, seu projeto de trabalho. (ORTIZ, 2010, p. 135)

Além das questões acima citadas, ressalta-se que o profissional não é requisitado pelo usuário que recebe suas intervenções, e sim pela instituição que na maioria das vezes o contrata para classificar se o usuário deve ou não ter acesso a um determinado serviço. Tal característica reforça uma determinada imagem, onde o profissional atua pela via impositiva. Essa relação da profissão com o usuário, não se caracteriza como intenção do profissional, Martinelli (*apud* Ortiz 2010) destaca:

Não eram os interesses deles [dos assistentes sociais – FGO] como classe que mobilizavam suas ações profissionais. Na verdade, ao contrário, eram os interesses da burguesia que estavam em jogo e que determinavam a direção da prática profissional. [...] Caminhar em direção ao trabalhador não significava, portanto, assumir as suas lutas ou contribuir para o desenvolvimento da consciência de classe do proletariado e para sua organização. Significava a tentativa de equacionar os conflitos e recuperar o equilíbrio aparente, de forma a garantir a regularidade do processo social (MARTINELLI, *apud* ORTIZ, 2010, p. 136)

Assim como muitos profissionais carregavam suas impressões calçadas na esfera moral, caracterizando o trabalhador com “um gosto a vadiagem”, e identificá-los pela necessidade de tutela exterior e superior, os trabalhadores carregavam uma imagem negativa dos profissionais, por exemplo, “aquele que se intromete na minha vida”.

Porém essa classificação não é generalista. Muitos usuários de camadas mais pauperizadas não rejeitavam os serviços e ações sociais desses profissionais, com isso,

pressupõe-se que a imagem em torno da profissão de acordo com Ortiz (2010), não é unívoca, mas passível de contradições.

A relação entre profissionais/usuários, não é qualificada somente por impressões negativas de ambas as partes. A procura pelo usuário através das chamadas “demandas espontâneas” onde o próprio usuário toma a iniciativa em procurar o serviço social coloca uma nova característica a profissão. Seria uma nova forma de conceber a atuação profissional?³¹

Aparece uma nova forma de intervir, de acordo com Carvalho & Iamamoto (2012), pauta-se no aconselhamento. Tal prática tende a acompanhar um determinado discurso do órgão que o emprega. O profissional atua frente à instituição, seu funcionamento, os seus limites, e tende a esclarecer quando é incapaz de oferecer ou realizar um serviço procurado pelo usuário. O usuário passa a ser ouvido por um profissional, o mesmo, oferece respostas as suas demandas, sejam elas positivas ou negativas.

O Serviço Social aparece aqui como anteparo as instituições, colocando-se não apenas entre estas e as necessidades da população carente, mas agora entre as instituições e a revolta e o inconformismo da população-cliente. O Serviço Social atuará, então, no sentido de aplinar as arestas; individualizar os casos, propiciar alguma solução paliativa como satisfação às demandas; jogar para frente o problema insolúvel, se encarado em seu conjunto, em sua manifestação social, nos limites do modo de produção vigente. (CARVALHO & IAMAMOTO *apud* ORTIZ 2010, p. 138)

A prática profissional tem um caráter personalizado de atuação. O assistente social ao priorizar a sua ação particularizando aspectos de cada sujeito, desvinculando-o dos outros, acaba por tratar os casos de diferentes formas sem uma relação crítica entre eles. Essa característica desencadeia a fragmentação e isolamento das demandas profissionais. Algumas das conseqüências a profissão consiste em um dos elementos que legitima a profissão frente a seus empregadores, de acordo com Ortiz (2010):

³¹ Ortiz (2010) observa que “cabe-nos indagar se esta postura assumida por parte do usuário reside em uma nova forma de conceber a profissão, bem como sobre que outras representações atravessam essa situação. O exame e a investigação crítica acerca do perfil das demandas, que chegam ao Serviço Social, podem constituir-se no caminho metodológico para identificar a construção de uma possível imagem social alternativa ou em construção.” (ORTIZ, 2010, p. 137)

Na verdade, a imagem que até hoje muitos empregadores têm do assistente social continua sendo a mesma - quer seja, a “moça boazinha”, a “face humana” do hospital, da previdência, da empresa, de fala mansa, que possui uma “escuta qualificada” e que coage sem demonstrar. (ORTIZ, 2010, p. 139)

De acordo com Ortiz (2010), a manutenção dessa imagem social é possível devido à forte herança conservadora presente no Brasil, que em muitas das vezes reproduz o ideário missionário e vocacional percebido nas protoformas da profissão. O profissional tem sido requisitado e conseqüentemente gerando a ampliação do quadro da categoria, não pela sua especialização, mas sim pela sua formação generalista que o capacita a ouvir encaminhar e acalmar tensões dentro da instituição. Assim como aconselhar, orientar e apaziguar as tensões presentes na ordem burguesa e que são inelimináveis do modo de produção capitalista.

A profissão historicamente tem sido requisitada para esvaziar o conteúdo político e econômico das expressões da “questão social”, na tentativa de reenquadrá-las ou minimizá-las. De acordo com Ortiz (2010) consistiu no principal traço que vinculou a profissão ao projeto reformista-conservador. A requisição dos profissionais em espaços sócio-ocupacionais está relacionada a uma determinada imagem que os empregadores atribuem ao profissional.

Se, aparentemente, a imagem é de um profissional que apazigua, aconselha e orienta, o que está submerso é o fato de que esse profissional desenvolveu, ao mesmo tempo, historicamente, ações pautadas no uso da coerção simbólica e na construção do consenso de classe, que visam à adesão voluntária dos sujeitos aos encaminhamentos institucionais. (ORTIZ, 2010, p. 141)

Com todas essas características somam-se mais um aspecto: o fato de não ser o agente profissional o principal no órgão no qual se vincula, e seu trabalho ser associado a instituições das mais variadas áreas. Carvalho & Iamamoto (2012) descrevem como inúmeras as atividades, e das mais diversas que são utilizadas por faixas amplas da população.

No dizer de Ortiz (2010):

Verifica-se que esse rol de características, que atravessam historicamente o exercício da profissão, incide na imagem socialmente consolidada do Serviço Social no Brasil. Assim, parte-se do pressuposto de que há em curso, na atualidade, no bojo da chamada imagem da profissão, uma tensão que, ao mesmo tempo, em que nega tais aspectos que circunscrevem a profissão e seu exercício [como se tentou indicar até então], tende em muitas situações a reproduzi-los. (ORTIZ, 2010, p. 142)

Essa tensão descrita por Ortiz (2010) tem relação com a falta de legitimidade e subalternidade que permeou o exercício profissional e são frutos de dois processos que Ortiz (2010) destacou: *“o primeiro, [...] relaciona-se à própria maneira ambígua, limitada e aparentemente apolítica de enfrentamento das expressões da ‘questão social’, cujo tratamento na ordem burguesa é necessariamente inconcluso [...]”* e o segundo como *“a condição social e política da profissão”* (ORTIZ, 2010, p. 143-144)

Era pregado que em um determinado momento histórico, a partir do surgimento das grandes instituições socioassistências, as fontes de recrutamento iriam ampliar para além da burguesia. Essa ampliação de fato ocorreu. Porém esse quadro de expansão da profissão é consequência da agudização das contradições da ordem capitalista do Estado monopolista. Com isso a condição social e política da profissão repousaram na necessidade de fortalecer o projeto-reformista conservador, através da criação de um número maior de instituições para o tratamento das seqüelas “questão social”.

Essas instituições requisitam uma formação técnica com características distintas. Nesse processo ocorre a conversão do agente em força de trabalho, que conseqüentemente, recebe um salário em troca do serviço ofertado. Esse processo de acordo com Ortiz (2010) remete a um fato importante:

[...] o progressivo afastamento das estudantes oriundas de classes altas. Na concepção destas, a inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho gera a sua perda paulatina do caráter altruísta e missionário, e com isso tende a afastar progressivamente as “moças da sociedade”, cedendo lugar aos setores médios e até as “filhas operárias”. (ORTIZ, 2010, p. 145)

Como já desenvolvido no item anterior, o estabelecimento de um espaço sócio-ocupacional possibilitou a ruptura com as protoformas da profissão. O serviço social passa a ser inscrito na divisão social e técnica do trabalho na medida em que ocorre um mercado de trabalho que conceitua utilitário seu serviço. Logo a sua relação com a condição de assalariamento pressupõe a constituição da profissão.

O conjunto de traços característicos e o contexto histórico que envolveu a profissão possibilitaram que a mesma adquirisse instrumentalidade da divisão sócio-técnica do trabalho como uma profissão socialmente reconhecida. Nas últimas décadas do século XX, encontra-se uma série de dilemas e ambiguidades a respeito da profissão e seu verdadeiro interesse e objetivo. Iamamoto (2011) disserta sobre essa característica:

[...] instaura-se na consciência dos agentes profissionais uma profunda ambigüidade: a ação – que é desencadeada, subjetivamente, como recusa aos “excessos de diferenciação social”, como forma de atenuar ou até mesmo de eliminar as injustiças sociais ou como missão a serviço do “homem” – transubstancia-se objetivamente numa prática que reforça os fundamentos da ordem alienadora, que produz e reproduz as desigualdades sociais. Em outros termos: os efeitos da ação profissional aparecem como uma negação dos propósitos humanistas que a orientam. Torna-se palpável a defasagem entre propósitos e resultado da ação entre teoria e prática. (IAMAMOTO, 2011, p. 28)

Ortiz (2010) destaca que a perspectiva de que “na prática a teoria é outra”, não é algo da atualidade, constitui um dos muitos dilemas da profissão. São postos ao profissional por longas datas assim como as demandas cotidianas a que se defrontam.

Os elementos que compõe a imagem socialmente construída da profissão (o perfil voluntarista; a subalternidade; as respostas imediatistas e limitadas; o primado de valores morais dos profissionais), tendem a conviver com outros traços, que apontam para uma nova autoimagem da profissão. Ortiz (2010) destaca que há um progressivo distanciamento entre os elementos que compõe historicamente a imagem profissional e os que na atualidade atravessam o projeto e o perfil profissional. Segundo a autora, redonda em um processo de metamorfose da imagem da profissão.

Esse distanciamento entre a autoimagem e a imagem social da profissão, não se fazia percebido entre os pioneiros da profissão. Suas ações eram balizadas e enfrentadas a partir de uma visão burguesa do homem e do mundo. A imagem social e a autoimagem de seus agentes profissionais caminhavam juntos. Na mesa redonda (1982) realizada pelas pioneiras, a entrevistada trouxe um trecho da primeira revista do serviço social:

D.HELENA: [...] Aqui está o n. 1, Ano I. Vocês podem ver como havia uma combinação de preocupação com os problemas individuais e ao mesmo tempo com

problemas sociais, de classe. Nesta 1ª página está escrito: “O Serviço Social ajudará esta família a descobrir o sentido da vida, a dignidade do trabalho, o amor à vida familiar, o valor da educação, a necessidade de um corpo sadio, a fraqueza do individualismo e a força da associação”. (YAZBEK, 1982, p. 18)

As pioneiras partiam de uma postura e um perfil considerado superiores em relação a sua clientela. Recapitulando que o quadro das primeiras profissionais era caracterizado como oriundas da média e pequena burguesia. Posteriormente com a profissão consolidada e a expansão do quadro de profissionais, expressivos números de segmentos médios da sociedade junto à legitimidade de suas ações passaram a se construir através de um mandado conferido aos profissionais pela instituição.

E nesse contexto que a imagem social da profissão é consolidada. Porém é importante destacar um marco histórico na profissão, ocorrido no final dos anos 60. Presencia-se que essa imagem presente unânime entre os profissionais, entra em declínio. Observa-se uma nova imagem social da profissão sendo apresentada aos profissionais. Entretanto, esta imagem não exclui a socialmente consolidada, pelo contrário se mantém entre muitos dos usuários do serviço social e nos empregadores desses profissionais.

Finaliza-se com a frase de Ortiz (2010) que se refere aos anos 60 onde se presencia novas condições históricas para a construção de uma nova imagem social para a profissão.

Além disso, à medida que a profissão necessita ampliar suas bases de recrutamento, observa-se que não apenas sujeitos oriundos dos segmentos médios começam a procurar a profissão, mas as “filhas da classe trabalhadora” passam a fazer o mesmo. Assim, partilhando das mesmas condições objetivas e subjetivas da classe trabalhadora, fragilizados e descontentes com os limites da prática profissional e participes de um novo contexto sócio-histórico – os anos 60 -, estão os assistentes sociais diante das condições materiais e espirituais para a construção de uma nova imagem social para a profissão. (ORTIZ, 2010, p. 152)

2.3 O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO E OS DESDOBRAMENTOS PARA UMA NOVA IMAGEM SOCIAL DA PROFISSÃO.

Desde os anos 60, ocorreram processos de renovação profissional. As principais condições que propiciaram a renovação podem ser relacionadas a uma crise no padrão do

modo de desenvolvimento capitalista e um processo de erosão das bases de legitimação do tradicionalismo profissional, que atingiram proporções internacionais. Soma-se a conjuntura político-cultural mundial e suas particularidades na América Latina.

A conjuntura político-cultural apontava para uma crise do padrão de desenvolvimento capitalista do pós-guerra, no agravamento das desigualdades, e no acirramento das lutas sociais e de mobilização das classes subalternas.

No interior da profissão na América Latina, observa-se a erosão do Serviço Social tradicional. Nos anos 60, presenciavam-se inúmeras manifestações e protestos direcionados ao questionamento de valores tradicionais. O caldo ideocultural contribuiu para isso. Observa-se o protagonismo de jovens e mulheres proporcionado pela ampliação das bases sociais, ou seja, o crescimento das profissões que exigiam grau universitário expandiu o acesso a universidade, conseqüentemente, proporcionou uma mobilização coletiva, principalmente de mulheres e jovens, junto à politização dos mesmos.

A conjuntura político-cultural apontava para uma crise do padrão de desenvolvimento capitalista do pós-guerra, no agravamento das desigualdades, e no acirramento das lutas sociais e de mobilização das classes subalternas.

No interior da profissão na América Latina, observa-se a erosão do Serviço Social tradicional. Nos anos 60, presenciavam-se inúmeras manifestações e protestos direcionados ao questionamento de valores tradicionais. O caldo ideocultural contribuiu para isso. Observa-se o protagonismo de jovens e mulheres proporcionado pela ampliação das bases sociais, ou seja, o crescimento das profissões que exigiam grau universitário expandiu o acesso a universidade, conseqüentemente, proporcionou uma mobilização coletiva, principalmente de mulheres e jovens, junto à politização dos mesmos.

O serviço social não ficou imune a essa efervescência. Na América Latina em 1965, surge o Movimento de Reconceituação Latino-Americano que a partir de várias correntes e

perspectivas teóricas, põe em questão o serviço social tradicional. Barroco; Terra (2012) descrevem que suas vertentes mais críticas desvelaram o papel político da profissão e questionaram os referenciais a-históricos e acríticos que a influenciaram.

Para a profissão, o processo de renovação demandou a sua laicização, instaurou um pluralismo teórico, político e ideológico, permitiu a interlocução da profissão com o debate e produção das ciências sociais e possibilitou três vertentes no interior da profissão: a perspectiva modernizadora que ao mesmo tempo em que mantém uma relação direta com o acúmulo teórico da profissão a partir dos anos 50, recupera o acervo anterior a 1964; a reatualização do conservadorismo, que é a mais impermeável as mudanças; e a intenção de ruptura que possui uma crítica sistemática ao tradicionalismo e seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos.

No Brasil, as particularidades do processo de renovação da profissão foram instituídas no interior da autocracia burguesa. Para Netto (2011) a ditadura militar reforçou e validou o serviço social tradicional. O pluralismo teórico, político e ideológico, permitiram o questionamento da ética tradicional. Presencia-se o novo ethos profissional que nos pressupostos do método BH em 1975, já compareceu, porém, sua materialização mais explícita foi no posicionamento em oposição à direção do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), denominado Congresso da Virada em 1979. Na década de 1980 esse ethos se expressou na direção social do novo currículo profissional (1982-1983) e nas críticas as bases filosóficas do conservadorismo e na reformulação do código de ética em 1986.

A partir de todos os processos no interior da sociedade e da profissão, verifica-se a construção de uma nova imagem profissional, e nos últimos anos a sua autoimagem. Basicamente, são três processos que se relacionam: a imagem da profissão vinculada as

protoformas; a construção de uma nova imagem profissional; e a nova autoimagem de seus agentes.

Esses processos refletem na prática profissional, Iamamoto (2012) já sinalizava que a atuação do assistente social no cotidiano de seu trabalho depende, dentre outros fatores, da direção política tomada pelo profissional. Ou seja, a profissão historicamente tem sido requisitada para esvaziar o conteúdo político e econômico das expressões da “questão social”, na tentativa de reenquadrá-las ou minimizá-las. Porém, a partir da direção política assumida pelo profissional, as peculiaridades da sua prática podem ser direcionadas a uma nova forma de compreender o real, e conseqüentemente inserir o usuário dentro de um processo totalitário, desclassificando atuações na esfera moral.

Em relação aos espaços sócio-ocupacionais, a requisição dos profissionais ainda encontra-se relacionada a uma determinada imagem que os empregadores atribuem ao profissional. Uma imagem do profissional que apazigua, aconselha e orienta. Submerge o fato do desenvolvimento histórico e de ações pautadas no uso da coerção simbólica e na construção de um consenso de classes.

Concorda-se com Ortiz (2010), quando atribuiu à imagem que muitos empregadores têm do profissional sendo: a “moça boazinha”, a “face humana” do hospital, da previdência, da empresa, de fala mansa, que possui uma “escuta qualificada” e que coage sem demonstrar. A manutenção dessa imagem social é possível devido à forte herança conservadora presente no Brasil, que em muitas das vezes reproduz o ideário missionário e vocacional percebido nas protoformas da profissão. Com isso, o profissional tem sido requisitado gerando a ampliação do quadro da categoria, não pela sua especialização, mas sim pela sua formação generalista que o capacita a ouvir encaminhar e acalmar tensões dentro da instituição.

Conclui-se que essas questões atravessam historicamente o exercício da profissão e incidem na imagem socialmente consolidada da profissão no Brasil. Ortiz (2010) pressupõe

que há na atualidade, no bojo da imagem da profissão, uma tensão que nega os aspectos que circunscrevem a profissão e seu exercício, ao mesmo tempo, tendem em muitas situações a reproduzi-los. Os elementos que compõe a imagem socialmente existente do serviço social tendem a conviver com a construção de uma nova autoimagem profissional como aquela que luta por direitos sociais e reconhece seu papel na divisão sociotécnica do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho exposto teve como objetivos analisar as questões que são determinantes da imagem social da profissão. Observou-se que a não incorporação da emergência do serviço social na dinâmica monopólica e todos os desdobramentos do estágio da mesma, acabam por descontextualizá-la acarretando uma visão endógena da sua emergência.

Além dessas questões, a dinâmica monopólica não obedece a uma padronização, a justaposição entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos foi (é) necessária e própria da nova dinâmica do capitalismo. Ocorreu no Brasil um desenvolvimento desigual e combinado. Além disso, foram evidenciadas algumas particularidades do contexto brasileiro que permitiu compreender como os determinantes sócio-históricos condicionam a uma interpretação da emergência da profissão no país.

O objeto de pesquisa, a imagem socialmente construída coloca-se como relacionada aos determinantes históricos presenciados no Brasil, ou seja, as formas de tratamento das expressões da “questão social” pela profissão no país, a partir de um cunho reformista-conservador. Com isso, geraram condições específicas para a emergência e instituição da profissão e conseqüentemente a imagem social da profissão ligada a tais processos históricos presenciados.

Assim como observado no trabalho, a imagem socialmente construída traz por conseqüências do Movimento de Reconceituação uma nova imagem social, que pode ser relacionada a uma autoimagem diferenciada das protoformas da profissão. Ou seja, existe uma imagem socialmente construída que coexiste com a nova imagem profissional, além da autoimagem dos profissionais.

Compreende-se que esse processo não é simples. Ao analisar os determinantes que perpassaram essa imagem socialmente construída da profissão e a nova imagem presenciada

nos últimos anos, não pode concebê-los como finalizados. As características assumidas pelos pioneiros da profissão são distintas das perceptíveis na contemporaneidade, o que pode ser relacionado aos processos que ocorreram no bojo da profissão. Porém tomar tais processos como finalizados, acaba por partir de uma interpretação ahistórica. Pois a dinâmica capitalista pode ser compreendida a partir de ciclos e o serviço social insere-se como uma profissão na divisão sóciotécnica do trabalho e as mudanças no capitalismo também refletem na profissão. Além disso, o perfil dos ingressantes no curso de serviço social nos últimos anos passou por alterações, o que acarretará em modificações no decorrer dos anos.

Outro aspecto que vale a pena destacar esta relacionada à imagem profissional e a chamada “demanda espontânea”. No desenvolver do trabalho, foi tratado sobre uma nova característica perceptível na profissão, a procura do usuário ao serviço social. De fato essa característica impõe novas concepções e novas formas de conceber a profissão. Compartilha-se com Ortiz (2010) quando propõe exames e investigações a respeito do perfil das demandas que chegam à profissão, pois estas podem apresentar a construção de uma possível imagem social.

Para além dessas questões e de forma sucinta, conclui-se que o trabalho pretendeu apresentar os processos constitutivos de uma determinada imagem social e a autoimagem profissional. Apresentou as particularidades da emergência da profissão e sua relação com a dinâmica monopolista. A principal questão a ser evidenciada é que a nova imagem e autoimagem profissional, presenciada nos últimos anos, está vinculada a um tipo de projeto societário que vai de encontro ao hegemônico dentro da categoria profissional, e conseqüentemente coloca a importância da articulação dos assistentes sociais aos movimentos sociais de sua e outras categorias que tenham a opção por um projeto profissional materialista, crítico e que busque a transformação societária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de ética do/a assistente social comentado**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no Capitalismo Tardio**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e história**. 5 ed. São Paulo : Cortez, 2008.

FERNANDES. Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. Ed. São Paulo: Global. 2009

IAMAMOTO, Marilda. **A questão social no Capitalismo**. Revista Temporalis, n. 03. Brasília: ABEPSS, 2001.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 36 ed. São Paulo:Cortez, 2012.

LENINE, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo: Fase superior do capitalismo**. 4 ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LOWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Revista Actuel Marx, 18, 1995. Disponível em:

<http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Lowy,%20Michael/a%20teoria%20do%20desenvolvimento%20desigual%20e%20combinado.pdf> . Acesso em 14 de novembro de 2015.

MANDEL, E. **O Capitalismo tardio**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MONTAÑO, Carlos. **A Natureza do Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 7 ed. São Paulo: Cortez 2011.

_____. **Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16 ed. São Paulo: Cortez 2011.

_____. **Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”**. Revista Temporalis, n.3. Brasília: ABEPSS, 2001.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil: Os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PASTORINI, A. **Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão-conquista.”** Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, v. 18, n. 53, p. 80-101, 1997.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas & questões**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Werber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. Disponível em:

http://perio.unlp.edu.ar/catedras/system/files/durkheim_webber_marx_-_um_toque_de_classicos_0.pdf. Acesso em: 30 de setembro de 2015.

ROY, Maria Tereza. Entrevista com D. Odila Cintra Ferreira. **Serviço Social & Sociedade: Assistência Social Políticas e Direitos: Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, IV n.12. Agosto, 1983.

YAZBEK, Maria Carmelita. de *et al.* História do Serviço Social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 11. 22 de novembro de 1982.